



# RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

BIÊNIO: 2013-2015



**PODER  
JUDICIÁRIO**  
DO ESTADO DO ACRE



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE



Des.ª Cezarinete Angelim  
Vice-Presidente



Des. Roberto Barros  
Presidente



Des. Pedro Ranzi  
Corregedor Geral da Justiça

**CONSELHO DA JUSTIÇA ESTADUAL**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE



Des.ª Eva Evangelista  
Membro



Des. Roberto Barros  
Presidente



Des. Samuel Evangelista  
Membro



Des. Pedro Ranzi  
Corregedor Geral da Justiça



Des. Adair  
Longuini  
Membro

**TRIBUNAL PLENO**



Des.ª Cezarinete Angelim  
Vice-Presidente



Des. Francisco Djalma  
Membro



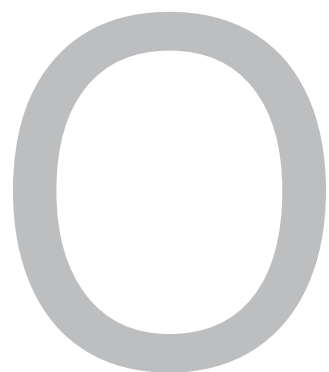
Des.ª Waldirene Cordeiro  
Membro



Des.ª Regina Ferrari  
Membro



Des.ª Denise Bonim  
Membro



# **ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIA**

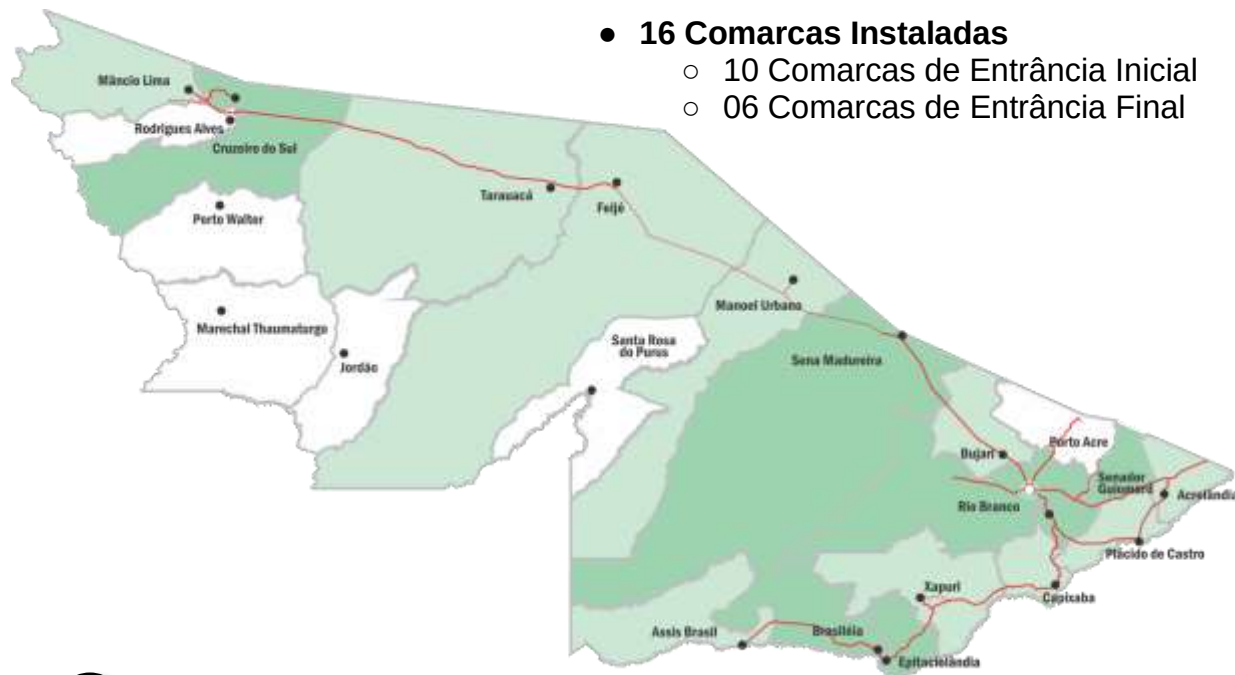
**POPULAÇÃO: 733.559 (IBGE/2013)**

- **22 Municípios**

- 16 Comarcas instaladas
- 6 Comarcas a instalar

- **16 Comarcas Instaladas**

- 10 Comarcas de Entrância Inicial
- 06 Comarcas de Entrância Final



**Comarcas a Instalar**



**Comarcas de Entrância Inicial**



**Comarcas de Entrância Final**

# SUMÁRIO

A

**APRESENTAÇÃO**



A missão atribuída a Administração do Tribunal de Justiça, para reger os destinos do Poder Judiciário do Estado do Acre durante o biênio 2013/2015, foi assumida com o compromisso de dar continuidade ao processo de gestão estratégica iniciado em 2010, com o advento da Resolução nº 70 do Conselho Nacional de Justiça.

A execução do Planejamento Estratégico 2010-2014 direcionou recursos escassos na consecução de seus objetivos, gerando resultados duradouros e impactantes na estrutura do judiciário e nos serviços prestados à sociedade acreana, de modo a garantir direitos e promover a democratização do acesso à Justiça, pilares que fundamentam a missão e visão do Poder Judiciário do Estado do Acre.

Nesse biênio, foi desenvolvida uma gestão pública moderna, comprometida com a missão do TJAC, e atenta aos desafios impostos pelas novas demandas da sociedade.

Seguindo esse paradigma, as iniciativas/projetos desenvolvidos tiveram uma execução integrada e harmônica com as funções essenciais à Justiça (advocacia pública e privada, Ministério Público, Defensoria Pública, órgãos de segurança, dentre outros) tendo seu corolário na concretização da prestação jurisdicional acessível, célere e efetiva foi indispensável para alcance dos resultados aqui apresentados.

Durante esse período a administração priorizou no seu plano de gestão algumas iniciativas referenciais, denominadas eixos, que promovessem um salto qualitativo na estrutura e nos serviços prestados pelo Poder Judiciário à sociedade. Foram propostos seis eixos (segurança, gestão de pessoas, gestão estratégica, tecnologia, infraestrutura), onde foram contempladas as várias iniciativas: comemoração dos 50 anos do Tribunal Acreano no ano de 2013, cumprimento e revisão do Planejamento Estratégico 2010-2014, execução de projetos sociais e estratégicos como: concursos para magistrados e servidores; continuidade da implementação do PCCR, Reforma Administrativa, e da construção da Cidade da Justiça de Rio Branco.

Por fim, a gestão 2013-2015 que teve como Presidente o Des. Roberto Barros, Vice Presidente a Des<sup>a</sup> Cezarinete Angelim e Corregedor o Des. Pedro Ranzi, teve como propósito construir uma gestão humana, eficiente, justa e próspera, com intuito de realizar sua missão e alcançar a visão.

“Ser reconhecido, até 2015, pelo jurisdicionado no Estado do Acre, pela excelência na prestação de serviços judiciários e sociais, por meio de magistrados e servidores motivados, capacitados e Valorizados”.  
(P.E. 2010-2014).

## ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

# Missão

---

*Garantir os Direitos do Jurisdicionado no Estado do Acre,  
com justiça, agilidade e ética, promovendo o bem de toda a  
sociedade.*



## ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

---

*Ser reconhecido, até 2015, pelo Jurisdicionado no Estado do Acre, pela excelência na prestação de serviços judiciários e sociais, por meio de Magistrados e Servidores motivados, capacitados e valorizados.*

G

**GESTÃO, INOVAÇÃO E  
RESULTADOS.**

# Sociedade





1

## FOTOS REPRESENTATIVAS



## 1. SOCIEDADE

### 1.1. Atuação institucional

O tema atuação institucional representa o esforço que a instituição produz no sentido de garantir a aplicação de medidas que contribuam para o fortalecimento e a integração do Poder Judiciário do Estado do Acre com os demais segmentos do Poder Judiciário Nacional, com os Poderes Executivo e Legislativo, demais instituições e, acima de tudo, com a sociedade.

As ações relativas a este tema foram priorizadas no Plano de Gestão para o biênio 2013-2015, cujos extratos estão dispostos cronologicamente adiante.

#### 1.1.1 Ações previstas

- ✓ **Comemorar os 50 anos do Poder Judiciário Acreano;**
- ✓ **Consolidar a política de comunicação institucional e**
- ✓ **Fiscalizar e exigir a melhoria dos serviços extrajudiciais.**

#### 1.1.2 Ações ocorridas em 2013

##### 1.1.2.1 Comemoração dos 50 anos do Poder Judiciário Acreano.

Com a emancipação política do Acre em 1962, os poderes Legislativo e Executivo foram estruturados e formaram a base para a administração pública





no Estado do Acre. No entanto, o Poder Judiciário só viria a ser criado após a primeira Constituição Estadual. Assim, no aniversário de um ano da assinatura da Lei que emancipava o Estado, em 15 de junho de 1963, foi instalado o Tribunal de Justiça do Acre.

A partir desse momento, começa o grande desafio de estruturar o Poder Judiciário em um Acre que se reinventava.

Com a chegada de seu cinquentenário – 15 de junho de 2013 – e imbuído do sentimento de aproximação do judiciário com a sociedade, e também de se fazer um resgate histórico das personalidades e instituições que contribuíram e marcaram a trajetória histórica de uma Instituição essencial para o fortalecimento da democracia e do desenvolvimento social do Estado, foi realizada uma série de eventos para marcar essa data histórica.

A comemoração desse evento se deu pela realização de várias atividades ao longo do ano de 2013, quais sejam:





Foto: Lançamento do selo postal Foto: selo e carimbo postais



Foto: Edição especial do mutirão de conciliação

- Solenidade de abertura oficial em comemoração ao cinquentenário

A solenidade de abertura em comemoração ao cinquentenário ocorreu no dia 14 de junho em sessão solene, transmitida ao vivo pelo site do Tribunal .

#### FOTOS REPRESENTATIVAS

- Lançamento de selo e carimbo postais comemorativos.

Após a sessão, ocorreu o segundo momento relacionado às comemorações: o lançamento de selo e carimbo postais alusivos ao cinquentenário do TJAC.

#### FOTOS REPRESENTATIVAS

- Edição Especial do Mutirão da Conciliação.

A edição especial do Mutirão da Conciliação aconteceu na sede dos Juizados Especiais (antigo colégio Dom Pedro), no período de 24 a 28 de junho. A ação foi concebida como parte da programação alusiva aos 50 anos de instalação do Tribunal de Justiça do Acre.

O Mutirão da Conciliação garantiu a resolução de 803 processos judiciais em apenas cinco dias. Os números sinalizam também que houve um recorde na quantidade de acordos realizados, que alcançaram um total de 363 ou seja 47% de acordos celebrados entre as partes por meio da conciliação. Isso equivale a um índice superior àquele que geralmente é alcançado pelos tribunais brasileiros, cuja média se aproxima de 35%.

#### FOTOS REPRESENTATIVAS

- Semana Nacional de Conciliação (2 a 06 de dezembro).

Ocorreram na semana de 2 a 6 de dezembro, as atividades da Semana Nacional de Conciliação. Atividade também foi concebida como parte das programações do cinquentenário do Judiciário Acreano, a exemplo do que foi a edição especial, realizada em junho por ocasião da abertura das comemorações.

A ação pelo Tribunal consistiu na identificação dos processos, que poderão ser vinculados ao Centro de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUS), e intimação das partes diretamente por telefone ou outros meios eletrônicos de comunicação.

Sobre a importância da semana, o presidente do TJAC, desembargador Roberto Barros pontuou que “a missão do Tribunal de Justiça é pacificar a sociedade e a conciliação é uma das maneiras de atingir essa meta”.

Durante a semana foram realizadas audiências de procedimento pré-processual e de processos do 1º grau. Na fase pré-processual foram acordados valores na ordem de R\$ 577 mil.

## FOTOS REPRESENTATIVAS



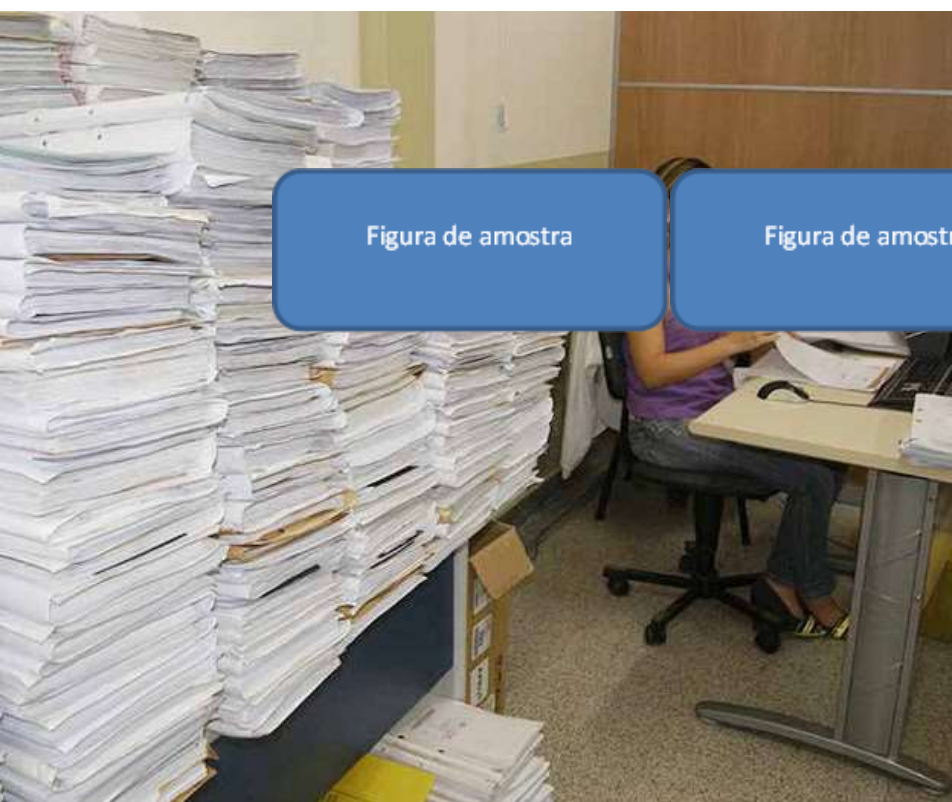


Figura de amostra

Figura de amostra



Figura de amostra

Foto: Acervo de processos físico para digitalização e digitalização dos processo

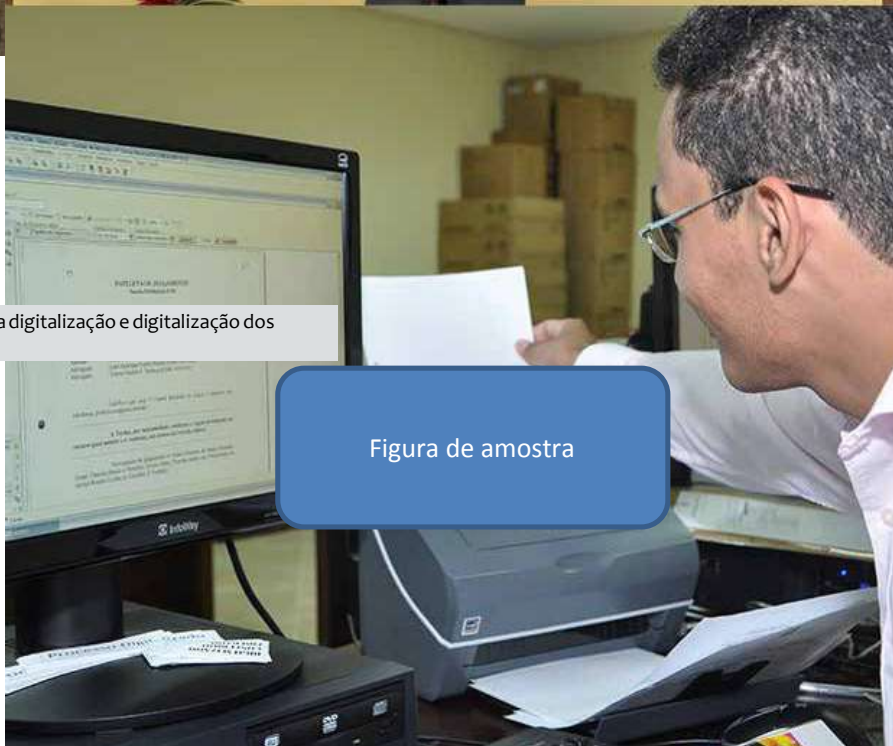
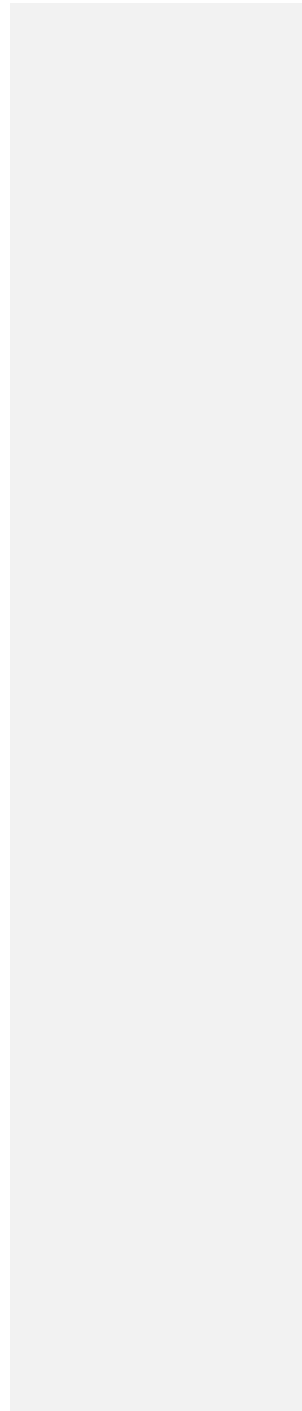


Figura de amostra

## 1. SOCIEDADE

2014  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE







Sessão solene em homenagem aos desembargadores de ontem e hoje



Cerimônia de Posse de Juiz



Posse de 11 novos juízes de Direito substitutos



Lançamento da Revista dos 50 anos



- Sessão solene em homenagem aos desembargadores de ontem e hoje

Na semana especial alusiva ao Cinquentenário do Tribunal de Justiça do Acre, as festividades tiveram continuidade com a realização de uma Sessão Solene, no dia 5 de dezembro, em homenagem aos desembargadores de ontem e de hoje.

As homenagens tiveram início com a entrega da primeira Medalha do Cinquentenário ao desembargador aposentado (de ontem) Minervino Bezerra, por ser o membro mais antigo presente no Plenário. Em seguida, Cada um dos membros da Corte presentes modo foi homenageado com o recebimento da medalha e do diploma alusivos à sua dedicação e serviços prestados à instituição, ao longo de anos de trabalho.

O desembargador Lourival Marques (falecido no decorrer das festividades, em maio deste ano), foi citado durante a solenidade, destacando sua contribuição para que a Justiça Acreana despontasse em posição de destaque, ao longo de cinco décadas, não só no Estado, mas no País.

- Lançamento da Revista dos 50 anos

Ainda durante a Sessão Solene foi lançada a revista “50 anos de Justiça e Cidadania”, com reportagens e depoimentos de quem viveu a história de meio século do TJAC.

A revista sintetiza a história da instituição, o seu crescimento e modernização; suas transformações; sua contribuição social e cidadã no Estado; seus magistrados e servidores etc.

- Posse de 11 novos juízes de Direito substitutos

O Judiciário Acreano passa a contar com mais 11 novos juízes. Eles foram empossados no cargo em cerimônia realizada no dia 6 de dezembro na sede da instituição, oportunidade em que se comemorou o cinquentenário da Justiça Acreana, buscando conseguir um aumento da força de trabalho que compensasse a demanda da sociedade pela melhoria dos serviços judiciários.







homenageados servidores aposentados, magistrados, instituições e personalidades que ajudaram a construir os 50 anos do Poder Judiciário



### 1.1.2.2 Consolidar a política de comunicação institucional.

O propósito da iniciativa é fortalecer os instrumentos de comunicação existentes no Tribunal e assim atender às demandas dos cidadãos, tornar mais transparente e aperfeiçoar a prestação jurisdicional.

Dentre esses mecanismos, destaca-se o portal da transparência, o portal de Acesso à Informação, a Ouvidoria, os Portais de Internet e Intranet, o Estúdio de Rádio e as medias sociais.



#### ■ Portal da transparência e Ouvidoria

Por meio desses meios de comunicação, o cidadão poderá reclamar, denunciar, criticar, elogiar, esclarecer suas dúvidas e apresentar sugestões sobre os serviços e atividades do Judiciário. As manifestações serão encaminhadas aos setores administrativos competentes, dando-se conhecimento ao cidadão.

No mês de novembro, a coordenação da Ouvidoria esteve nos municípios de Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia para instalar as caixas de coleta de manifestações, um espaço reservado para o recebimento de sugestões, críticas, reclamações e elogios sobre a atuação do Poder.







#### ■ Estúdio de Rádio

O rádio, dentre os meios de comunicação atualmente disponíveis, consegue alcançar não apenas as cidades, mas também a quase totalidade de localidades isoladas e comunidades ribeirinhas de difícil acesso. Por isso muitas comarcas do interior do Estado realizam comunicação de alguns atos processuais por meio de avisos nele veiculados.

Desta forma, a criação de estúdio para a produção de matérias e entrevistas pela própria Diretoria de Informação Institucional era algo almejado pela Administração do TJAC.

O estúdio, inaugurado em 16/06/2014, está equipado com equipamentos de última geração e gera conteúdo específico para cinco rádios locais; flashes diários e ao vivo no programa “Gente em Debate”, da Rádio Difusora Acreana e também para a Internet com a divulgação de *podcasts*<sup>1</sup> diários, ampliando a possibilidade de veiculação de matérias sobre a Justiça Acreana nos meios de comunicação locais.

#### ■ Mídias sociais

As inovações tecnológicas vêm tomando cada vez mais espaço em todas as áreas do conhecimento e da comunicação. O desafio remete o Tribunal de Justiça a uma nova forma de atuar junto aos jurisdicionado. O TJAC tem assumido esse compromisso de se adaptar à informação digital, rápida e com uma linguagem diferente da tradicional. Assim, a atuação nas chamadas redes sociais tem ocorrido constantemente por meio, principalmente de matérias diárias publicadas nos perfis institucionais no Twitter e Facebook.

#### ■ Clipagem

A clipagem<sup>2</sup> é mais um serviço disponibilizado pelo TJAC para facilitar e aproximar a comunicação

---

<sup>1</sup> Os podcasts --também chamados de podcastings-- são arquivos de áudio transmitidos via internet. Neles, os internautas oferecem seleções de músicas ou falam sobre os mais variados assuntos --exatamente como acontece nos blogs. A palavra que determina esta nova tecnologia surgiu da fusão de iPod (toca-MP3 da Apple) e broadcast (transmissão via rádio). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u19678.shtml>. Acesso em 06 mar 2014.

<sup>2</sup> O clipping (ou clipagem) nada mais é do que o acompanhamento e registro de todas as matérias divulgadas em veículos impressos, virtuais e, às vezes, eletrônicos a respeito de uma determinada organização, produto ou pessoa pública

com a sociedade. O serviço está no ar desde 2009 e é essencial na medição dos resultados atingidos e no planejamento de mídia, sobretudo quanto ao volume e a quantidade das informações veiculadas. A ferramenta também permite a realização do levantamento acerca das notícias relacionadas ao Judiciário Estadual veiculadas nos principais jornais diários, portais, sites e blogs de notícias locais e nacionais.

### ■ Campanhas Publicitárias

No intuito de promover divulgação das ações do Poder Judiciário, no ano de 2013, além das ações expostas, a Diretoria de Informação Institucional por meio da gerência de Comunicação, promoveu as seguintes campanhas publicitárias:

- ▶ Campanha doação de brinquedos
- ▶ Plantão da Conciliação
- ▶ Mutirão da Conciliação
- ▶ Censo Nacional do CNJ
- ▶ Projeto Sebo do Centro Cultural
- ▶ Pesquisa de Clima Organizacional e Satisfação dos Usuários
- ▶ Pesquisa
- ▶ Semana Nacional da Conciliação 2013

#### 1.1.2.3 Fiscalizar e exigir a melhoria dos serviços extrajudiciais.

Em junho de 2006, o Conselho de Administração do TJAC aprovou a Resolução nº 09/2006, **dispôs sobre as serventias notariais e de registro em caráter privado, além de estabelecer sua dotação** por município. Essas medidas foram tomadas para garantir a eficiência, a celeridade e a garantia da prestação dos serviços nos 22 municípios acreanos, **cabendo ao Poder Judiciário, por meio da Corregedoria Geral da Justiça (COGER), fiscalizar periodicamente**, as tarefas dos serviços notariais e de registro, sua regularidade, além de apurar denúncias, reclamações e sugestões apresentadas.

no dia 2 de agosto, **Em agosto de 2013, a COGER realizou** a uma série de visitas com o objetivo de realizar fiscalizar os trabalhos nos cartórios.

[FAdSF1] Comentário: FO  
CARTAZES DA CAMPANHAS



### 1.1.3 Ações ocorridas em 2014.

#### Semana Nacional do Júri: CNJ elogia atuação do Tribunal de Justiça do Acre

Durante cinco dias, o Tribunal de Justiça do Acre se mobilizou para julgar o maior número de processos possível na I Semana Nacional do Tribunal do Júri. O esforço foi no sentido de se oferecer à sociedade uma resposta sobre os homicídios dolosos (quando há intenção).

Durante a referida semana **nas comarcas em todas as comarcas do** Estado, juízes e servidores não mediram esforços para julgar a totalidade de processos relacionados a esse tipo de crime e que foram pautados para a semana. Nesse sentido, 100% dos processos pautados foram julgados, o que culminou em elogios por parte do Presidente do CNJ, Min. Joaquim Barbosa em evento que marcou o final da programação.



Os números se tornam ainda mais relevantes quando se leva em consideração que **a**



proposta do Tribunal foi a de incluir um número maior de processos na Semana Nacional do Júri do que o relacionado à Meta ENASP, que já vem sendo cumprida. Dessa forma, houve uma integração maior ao programa, já que foram inseridos os feitos que estivessem prontos e aptos para julgamento, mesmo não incluídos na meta.

[FAdSF2] Comentário: NÚMERO  
ESTATÍSTICA CÉLIO

#### **Outorga de cartórios: Comarcas de Manoel Urbano, Porto Walter e Rodrigues Alves.**

O Tribunal de Justiça do Acre, no ano de 2014, prosseguiu com a outorga e delegação de serventias extrajudiciais aos candidatos aprovados no último concurso público realizado pela instituição.

Em cerimônia realizada na Corregedoria Geral da Justiça, na sede administrativa do TJAC, assumiram suas funções os delegatários das serventias extrajudiciais das comarcas de Manoel Urbano, Porto Walter e Rodrigues Alves.

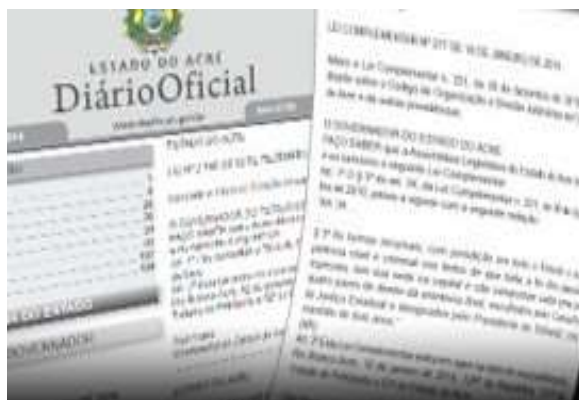
O objetivo é proporcionar à comunidade dessas Comarcas, serviços cartorários de melhor qualidade com estrutura física adequada e agilidade na execução.

Dentre os principais serviços oferecidos pelos Tabelionatos de Notas e Registro Civil das Pessoas Naturais estão o reconhecimento de firmas, contratos de compra e venda, transferências de bens e firmas, lavra de escrituras públicas, registros de nascimento, casamento e óbito, além de averbações, anotações e retificações de registros.





### Turmas Recursais: Lei Complementar amplia número de juízes



Alteração buscar acompanhar crescimento da demanda no Poder Judiciário e proporcionar maior rapidez na solução dos conflitos judiciais dos cidadãos.

A Lei Complementar nº 277 – de 10 de janeiro de 2014 ampliou o número de membros das Turmas Recursais dos Juizados Especiais. De acordo com a nova redação do parágrafo 3º do art. 34, “as turmas recursais, com jurisdição em todo o Estado e competência cível e criminal nos feitos de que trata a lei dos Juizados Especiais, têm sua sede na Capital e são compostas cada uma por quatro juízes de direito da entrância final, escolhidos pelo Conselho da Justiça Estadual e designados pelo Presidente do Tribunal, com mandato de dois anos”.

A mudança representa a materialização dos esforços do Tribunal no sentido de acompanhar o crescimento das demandas no Poder Judiciário Estadual. A constante busca pelo equilíbrio entre o crescente ajuizamento de ações e a garantia da razoável duração do processo, erigida à condição de direito fundamental, fez surgir a

necessidade de readequação da composição da Turma Recursal, com vista a compatibilizá-la à demanda de processos. Com mais juízes nesses órgãos, haverá o julgamento de um maior número de processos.

#### **Competência delegada da Justiça Federal: TJAC defende ressarcimento à Justiça Estadual e expansão de Subseções Judiciárias**



O desembargador-presidente Roberto Barros defendeu em Brasília, durante a Audiência Pública Eficiência do 1º Grau de Jurisdição e Aperfeiçoamento Legislativo Voltado ao Poder Judiciário, propostas relacionadas ao julgamento pelas varas estaduais de processos de competência da Justiça Federal (JF) no Acre e na Região Norte.

Uma das propostas é que Justiça Federal deveria assumir os atuais e novos processos de competência delegada em trâmite na Justiça Estadual, por meio da instalação de Subseções Judiciárias ou ressarcir imediatamente os gastos deste ramo do Judiciário com esses feitos.

Outra proposição seria uma alteração da Constituição Federal e do art. 20 da Lei nº 10.259/2001, que permitisse a aplicação da Lei nº 9.099/95 pela Justiça Estadual no exercício da competência delegada – Recursos para as Turmas Recursais Federais.

Prevista no artigo 109 da Constituição Federal, a competência delegada é prevista nos casos em que a Justiça Federal não está presente na Comarca do cidadão que ajuizou a ação, especialmente demandas previdenciárias e execuções fiscais.



Estudo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apontou que 27% dos 7,4 milhões de processos de competência da Justiça Federal estavam em tramitação nos estados em 2011.

Para se ter uma ideia do impacto provocado, em 2011, no Acre foram distribuídos 2.481 processos de competência federal. Desse volume, foram distribuídos 506 feitos na Comarca de Tarauacá, 367 em Cruzeiro do Sul e 319 em Feijó.

Mesmo com habituais dificuldades orçamentárias e de recursos humanos, a Justiça Estadual tem cumprido suas atribuições específicas e assumido também outras atribuições.

#### **Parceria com a JF**

Graças a uma parceria entre o Tribunal de Justiça do Acre e a Justiça Federal firmada no ano passado, os

cidadãos cruzeirenses passaram a ajuizar neste ano de 2014 suas ações sem a necessidade de ter que se deslocar para a Capital. No final de 2013 foi instalada a primeira Subseção Judiciária do Acre no prédio da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul.

#### **Homenagem do CNJ: Judiciário do Acre recebe Selo de qualidade**

- **Selo Bronze**

O Judiciário do Acre foi agraciado com o Selo Bronze instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Ministério da Justiça, por ter se destacado no cumprimento das metas da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP).



A Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP) tem o objetivo de promover a articulação dos órgãos responsáveis pela segurança pública, reunir e coordenar as ações de combate à violência e traçar políticas nacionais na área. Lançada em fevereiro de 2010, a iniciativa é resultado de parceria entre o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o **Conselho Nacional** de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça (MJ).

A solenidade de entrega ocorreu em Brasília, no dia 23 de setembro, sendo o TJAC representado pelo juiz de Direito Leandro Gross, titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital.

- **Selo Ouro**

O Tribunal de Justiça do Acre recebeu o Selo Ouro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na primeira edição do Selo Justiça em Números, pelo esforço empreendido em 2013 para aprimorar os sistemas de estatísticas e informações relacionadas ao funcionamento do Judiciário.

A entrega do prêmio ocorreu durante o VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, que reuniu presidentes de todos os tribunais brasileiros, em novembro de 2014, na cidade de Florianópolis/SC.

O objetivo do prêmio é incentivar os tribunais a aperfeiçoar a qualidade das informações que alimentam o **Relatório** Justiça em Números, anuário estatístico da Justiça produzido pelo CNJ com informações prestadas pelos tribunais brasileiros.

O Selo Ouro foi concedido pelo CNJ a 19 tribunais brasileiros.

Em cerimônia realizada no Centro Cultural do Tribunal de justiça, com a presença de autoridades locais, foram descerradas as placas de condecoração.





- **Premiação de cartórios: Programa de Qualidade Total – 2014**

Alguns Cartórios do Acre se destacaram na premiação do Programa de Qualidade Total ANOREG-Brasil (PQTA/2014). A premiação ocorreu durante o XVI Congresso Brasileiro de Direito Notarial e de Registro teve por objetivo premiar as serventias notariais e de registros de todo o País que atendam aos requisitos de excelência e qualidade na gestão organizacional e na prestação de serviços aos usuários.

Pela primeira vez na história da premiação, que já conta com 10 anos de existência, cartórios acreanos foram premiados. Dentre os cartórios premiados destacam-se:

- 2º Ofício de Registro de Imóveis de Rio Branco;
- Cartório Martins da Comarca de Senador Guiomar.

A premiação é resultado do esforço conjunto da Corregedoria Geral de Justiça e dos cartórios no



intuito de oferecer a sociedade serviços cada vez melhores.



### **Relações institucionais: Presidente do TJAC assume governo do Estado por duas vezes**

O presidente do Tribunal de Justiça do Acre, Des. Roberto Barros, assumiu por duas vezes o cargo de governador do Estado em exercício, em razão da ausência do Governador Tião Viana. A medida estreita as relações institucionais entre os Poderes, que foram ao longo dos anos indispensáveis para a consecução de um dos mais projetos estratégicos do tribunal; a construção da Cidade da Justiça de Rio Branco.

Durante sua passagem a frente do governo estadual, recebeu visitas institucionais do Secretário de Direitos Humanos, Nilson Mourão, o Superintendente da Polícia Federal, Araquem Tavares, e a delegada substituta da Receita Federal, Naira da Silva Neri e participou de reuniões com representantes das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras), do Ministério da Educação (MEC) e com o ministro interino da Saúde.

Em outra ocasião, também como Governador interino, participou da solenidade de formatura de militares do Corpo de Bombeiros do Estado.



## Pesquisa de Satisfação da Justiça Acreana.

O Tribunal de Justiça do Acre realizou “1ª Pesquisa de Satisfação da Justiça Acreana”, cujo objetivo é coletar **informações** que permitam medir a efetividade institucional perante seus públicos interno e, sobretudo, externo.

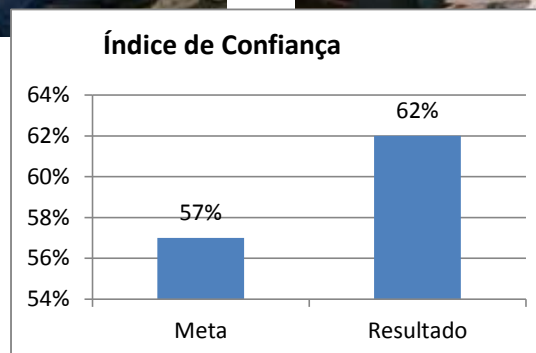
A partir das informações obtidas é possível verificar em que áreas o Judiciário Acreano está atuando bem e aquelas em que é preciso melhorar. Também é uma oportunidade de ouvir os reclames dos jurisdicionados, verificando junto a eles o nível de satisfação com os serviços oferecidos e analisando o nível de confiança das pessoas que não tem ações na Justiça.

Foram aplicadas ao todo 2 mil entrevistas para os **seguintes** públicos-alvo: magistrados, servidores, promotores, defensores públicos, advogados, jurisdicionados e cidadãos. O quantitativo corresponde à amostra habitualmente utilizada em pesquisas de abrangência nacional realizadas por institutos de pesquisa eleitoral.

A pesquisa representou um marco para o Tribunal, vez que foi a primeira realizada em 51 anos de história.

Com a pesquisa, dois indicadores estratégicos tiveram suas medições realizadas e servirão de referencial para as próximas pesquisas, que acontecerão a cada dois anos.

O Índice de Confiança do Judiciário obteve nota de 62%, enquanto o de satisfação do usuário obteve nota de 56%. Esses resultados são ligeiramente superiores aos resultados obtidos por tribunais a nível nacional, com média de 52% para ambos os indicadores.





## Conscientização e Prevenção à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher



A Campanha, lançada em 28/05, é uma ação estratégica do Tribunal que visa promover a divulgação da Lei nº 11.340/2013, também conhecida como Lei Maria da Penha, além de conscientizar a comunidade em geral acerca dos altos índices de violência doméstica e familiar praticada contra a mulher no âmbito do município de Rio Branco.

O principal objetivo da campanha é envolver toda a sociedade na luta contra a violência doméstica e familiar a partir da realização de palestras de conhecimento e divulgação dos direitos e garantias das mulheres em escolas estrategicamente escolhidas por estarem situadas em bairros que registram os maiores índices de violência.

A iniciativa do Tribunal de Justiça do Acre busca justamente apoiar essas mulheres, divulgando uma das ferramentas mais efetivas atualmente disponíveis na luta pela erradicação da violência doméstica e familiar: **a conscientização.**

Participaram da campanha 'Conscientização e Prevenção à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher' as escolas: Heloísa Mourão, João Paulo II, Paulo Freire, Elozira dos Santos Tomé, Raimundo Gomes de Oliveira, Adalberto Sena, Armando Nogueira, Henrique Lima, Dr. Mario de Oliveira, Berta Vieira.



## 1.2. Responsabilidade Social e Ambiental

Durante o biênio 2013-2015 a administração do Tribunal, seguindo as orientações estratégicas, apoiou de forma decisiva as ações dos projetos sociais institucionalizados. Os projetos são um exercício de cidadania que envolve as pessoas para além do seu campo de vivência, permitindo a transposição de barreiras e preconceitos em benefício das populações menos favorecidas. Eles são um meio para que haja maior conscientização do indivíduo diante do papel que ele desempenha na sociedade, além de despertar o sentimento de solidariedade. Além disso, é uma forma de democratizar o acesso à justiça. Nesse sentido, no biênio, foram executados sete Programas Sociais, voltados para a prevenção e capacitação, conscientização e ressocialização de reeducandos; orientações jurídicas a comunidades carentes, mediação e conciliação e promoção do resgate à cidadania por meio do acesso a documentação.

### Ações ocorridas em 2013.

Em 2013 foram atendidas 18.908 (dezoito mil, novecentos e oito) pessoas, com destaque para os programas Começar de novo e Justiça Comunitária, conforme tabela abaixo.

**TABELA RESUMIDA DOS PROGRAMAS EXECUTADOS EM 2013**

| PROGRAMA                             | LOCAL DE EXECUÇÃO            | Nº DE PESSOAS ATENDIDAS | TOTAL |
|--------------------------------------|------------------------------|-------------------------|-------|
| COMEÇAR DE NOVO                      | Comarcas de Rio Branco       | 5.590                   | 5.918 |
|                                      | Comarca de Sena Madureira    | 31                      |       |
|                                      | Comarca de Cruzeiro do Sul   | 113                     |       |
|                                      | Comarca de Tarauacá          | 40                      |       |
|                                      | Comarca de Xapuri            | 20                      |       |
|                                      | Comarca de Acrelândia        | 20                      |       |
|                                      | Comarca de Plácido de Castro | 20                      |       |
|                                      | Comarca de Senador Guimard   | 84                      |       |
| CIDADANIA E JUSTIÇA NA ESCOLA        | Comarca de Rio Branco        | 668                     | 798   |
|                                      | Comarca de Assis Brasil      | 130                     |       |
| AUDIÊNCIA PÚBLICA                    | Comarca de Rio Branco        | 136                     | 136   |
| ECA NA COMUNIDADE: DIREITO E DEVERES | Comarca de Rio Branco        | 1.114                   | 1.114 |



|                                                              |                                |       |               |
|--------------------------------------------------------------|--------------------------------|-------|---------------|
| JUSTIÇA COMUNITÁRIA: CONVÊNIO<br>Nº 759479/2011, (TJAC e MJ) | Núcleo do Bairro Sobral        | 2.148 | 5.520         |
|                                                              | Núcleo do B. Tancredo Neves    | 1.772 |               |
|                                                              | Núcleo do M. Plácido de Castro | 1.101 |               |
|                                                              | Núcleo do Município de Bujari  | 399   |               |
|                                                              | Núcleo do M. de Acrelândia     | 100   |               |
| JUSTIÇA COMUNITÁRIA: CONVÊNIO<br>Nº 013/2012, (TJAC e PMRB)  | Cras do Bairro Triângulo       | 1.156 | 3.645         |
|                                                              | Cras do Bairro Calafate        | 758   |               |
|                                                              | Cras do Bairro da Paz          | 703   |               |
|                                                              | Cras do Bairro Santa Inês      | 514   |               |
|                                                              | Cras do Bairro Vitória         | 514   |               |
| Projeto Cidadão                                              | Comarca de Rio Branco          | 1.777 | 1.777         |
| <b>TOTAL GERAL</b>                                           |                                |       | <b>18.908</b> |

### **Ações ocorridas em 2014.**

#### **Lançamento do projeto Semeadores da Paz**

O projeto visa difundir a cultura da paz e assim contribuir para a pacificação social. A iniciativa objetiva ainda incentivar a organização da sociedade civil para o exercício da cidadania participativa.

Durante a execução do projeto, foram realizadas oficinas onde os participantes tiveram acesso à técnicas de mediação e instrumentos práticos para dirimir os conflitos cotidianos através da resolução pacífica de contendas.

O projeto também atua no fomento e divulgação de iniciativas práticas dos participantes no campo da pacificação social, auxiliando na conscientização sobre os seus direitos e deveres.



Em 2014 foram atendidas 11.760 (onze mil, setecentos e sessenta) pessoas, com destaque para os programas Começar de novo e Campanha de Conscientização Contra a Violência Doméstica e Familiar, conforme tabela abaixo.

**TABELA RESUMIDA DOS PROGRAMAS EXECUTADOS EM 2014**

| DADOS POR PROGRAMA SOCIAL EM 2014 |                   |                         |       |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------------|-------|
| PROGRAMA                          | LOCAL DE EXECUÇÃO | Nº DE PESSOAS ATENDIDAS | TOTAL |
|                                   |                   |                         |       |

|                                                                                 |                                                                                                                                                                                               |       |               |
|---------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|---------------|
| Audiência Pública                                                               | Comarca de Rio Branco                                                                                                                                                                         | 114   | <b>114</b>    |
| Cidadania e justiça na escola                                                   | Comarca de Rio Branco<br>Comarca de Cruzeiro do Sul<br>Comarca de Sena Madureira                                                                                                              | 1.701 | <b>1.701</b>  |
| Começar de Novo                                                                 | Comarcas de Rio Branco<br>Comarca de Sena Madureira<br>Comarca de Cruzeiro do Sul<br>Comarca de Tarauacá<br>Comarca de Senador Guimard<br>Comarca de Feijó                                    | 2.260 | <b>2.260</b>  |
| ECA NA COMUNIDADE: DIREITO E DEVERES                                            | Comarca de Rio Branco                                                                                                                                                                         | 1.778 | <b>1.778</b>  |
| Justiça comun.: convênio nº 293/2012 (tjac e mj), siconv nº 777045/2012         | Comarca de Cruzeiro do Sul<br><br>Comarca de Brasília                                                                                                                                         | -     | -             |
| JUSTIÇA COMUNITÁRIA: CONVÊNIO Nº 013/2014, (TJAC e pmrbco)                      | Cras do Bairro Triângulo<br>Cras do Bairro Calafate<br>Cras do Bairro da Paz<br>Cras do Bairro Santa Inês<br>Cras do Bairro Vitória<br>Cras do Bairro Tancredo Neves<br>Cras do Bairro Sobral | 1.406 | <b>1.406</b>  |
| Projeto cidadão                                                                 | Comarca de Rio Branco                                                                                                                                                                         | 1.956 | <b>1.956</b>  |
| Campanha de conscientização e prevenção contra a violência doméstica e familiar | Comarca de Rio Branco                                                                                                                                                                         | 2.545 | <b>2.545</b>  |
| <b>TOTAL GERAL</b>                                                              |                                                                                                                                                                                               |       | <b>11.760</b> |

### Arrecadação e doação de alimentos

A soma arrecadada em todos os processos seletivos de estagiários foi de: 298 (duzentos e noventa e oito) quilos de alimentos não perecíveis.

Foram beneficiadas as seguintes Entidades:

- Comarca de Acrelândia – Pastoral Nossa Senhora Rainha da Paz  
Total de alimentos não perecíveis = 34 quilos
- Comarca de Bujari – Pastoral da Criança  
Total de alimentos não perecíveis = 77 quilos

- Comarca de Tarauacá – Congregação de Nossa Senhora (ação Social Notre Dame – Asilo Novo Hamburgo)  
Total de alimentos não perecíveis = 98 quilos
- Comarca de Xapuri – Lar dos Vicentinos  
Total de alimentos não perecíveis = 29 quilos
- Comarca de Plácido de Castro – Pastoral da Criança  
Total de alimentos não perecíveis = 60 quilos

## Descrição dos Projetos

### a. Programa Começar de Novo

As ações sociais são uma marca registrada do programa, idealizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e coordenado, no Acre, desde 2007, pela juíza titular da VEPMA, Maha Kouzi Manasfi e Manasfi.

O programa visa à sensibilização de órgãos públicos e da sociedade civil para que forneçam postos de trabalho e cursos de capacitação profissional para presos e egressos do sistema carcerário. O principal objetivo do programa, portanto, é promover a cidadania e assim, reduzir a reincidência de crimes.

As ações do projeto, contam com o apoio das instituições parceiras SENAC, SEST/SENAT, SENAI E CETEM, para oferta de cursos profissionalizantes como: cursos de pintor, pedreiro, eletricista, operador de caixa, mecânico de motos, massagista, cabeleireiro, manicure, operador de máquinas florestais, mecânico de auto, técnico em refrigeração, mecânico de motor de polpa, dentre outros.

### b. Cidadania e Justiça na Escola

O Projeto Cidadania e Justiça na Escola foi implantado pela Escola do Poder Judiciário (ESJUD) em maio de 2012. Criado e implementado nacionalmente pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) o objetivo do projeto é contribuir para a conscientização das crianças sobre seus direitos e deveres, bem como melhorar a interação entre os membros do Poder Judiciário e a comunidade. O foco do trabalho é a formação de crianças, estudantes das escolas públicas, como agentes multiplicadores de saberes e práticas sociais.

As atividades envolvem a visita de magistrados e colaboradores ao ambiente escolar para a realização de



palestras educativas. Em seguida, os alunos das escolas parceiras são convidados a conhecer a estrutura e funcionamento de algumas unidades estratégicas do Poder Judiciário. Os estudantes também participam da realização de atividades didático-culturais e júris simulados ao longo do desenvolvimento do projeto.







Programa Começar de Novo: As ações sociais são uma marca registrada do programa





### **c. Audiência Pública**

O Programa Audiência Pública, produzido e apresentado pelo juiz de Direito Cloves Cabral é uma ação social institucionalizada pelo Tribunal de Justiça do Acre, e veiculada para todo o Estado do Acre e outras partes da região Amazônica pela Rádio Difusora Acreana - A Voz das Selvas, pertencente ao Sistema Público de Comunicação para todo o Estado do Acre, na frequência 1400 AM, às segundas-feiras, entre 8h10 e 8h45.

São quase 13 anos no ar, contribuindo para a aproximação entre o Judiciário e a população, servindo como instrumento de educação e orientação, especialmente aos menos favorecidos e socialmente mais necessitados.

O programa, apesar da grande audiência e abrangência, apresenta dificuldades para aferição do indicador de pessoas beneficiadas, uma vez que a rádio não dispõe de um mecanismo para aferir a quantidade de ouvintes sintonizados no momento da exibição do programa.

### **d. ECA na Comunidade: Direitos e Deveres**

O Programa tem como objetivo o atendimento direto com palestras educativas, perguntas sobre direitos da criança e adolescente, cidadania, bem como prevenção e resolução de situações de risco social que envolva esses alunos, coibindo e minimizando a ocorrência de agressões ou quaisquer outros atos infracionais, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar.

As ações são promovidas por uma equipe formada por: juiz de direito, promotor de justiça ligado à Vara da Infância e da Juventude, uma psicóloga e uma pedagoga. Nas palestras são abordados temas como o *bullying* e outras formas de violência, conscientizando os estudantes das penalidades previstas na lei para aqueles que praticam tais atos e, sobretudo, de que toda forma de violência deve ser combatida.

Além disso, procura sensibilizar e conscientizar os pais de sua responsabilidade na educação de crianças e adolescentes e da necessidade de estabelecer com os filhos uma relação baseada no amor, no respeito, na proteção, e, sobretudo nos bons exemplos.





#### e. **Justiça Comunitária**

O objetivo deste programa é oferecer orientações jurídicas à sociedade carente, conscientizando a população sobre seus direitos e deveres, bem como, incentivar a solução de pequenos conflitos de maneira rápida e amistosa por meio da mediação realizada por agentes comunitários.

Benefícios específicos:

- Melhora da imagem da Justiça junto à população, por meio da oferta de um serviço gratuito, acessível, eficiente e de qualidade;
- Prevenção da violência, na medida em que a mediação de conflitos constitui uma oportunidade de diálogo para que as partes manifestem seus interesses, reduzindo a tensão social;
- Maior satisfação das partes na resolução de seus conflitos, dada a oportunidade de expressão dos sentimentos envolvidos no conflito.

Em face do *modus operandi* do programa, que requer equipes de trabalho de campo para realização das ações, faz-se necessário a formalização de convênios e parcerias com diversas instituições visando financiar o trabalho. Dentre os principais parceiros está o Ministério da Justiça, a Prefeitura de Rio Branco.

#### f. **Projeto Cidadão**

Desde 1995, o Tribunal de Justiça do Acre promove, por meio do Projeto Cidadão, o acesso facilitado da comunidade a diversos serviços. Sua finalidade primordial é assegurar à população de menor poder aquisitivo o direito à documentação básica, bem como o acesso rápido e gratuito aos serviços públicos de saúde, educação, trabalho, meio ambiente e segurança.



O Projeto Cidadão é responsável por 40% dos casamentos realizados no Estado do Acre. Além disso, de



acordo com a última pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Acre é o Estado com a maior taxa de casamentos do País.

Dos inúmeros serviços prestados pelo Projeto Cidadão, o Casamento Coletivo é um dos mais procurados pela população, já que representa uma forma inteiramente gratuita, rápida e desburocratizada de contrair matrimônio.

Ao longo dos seus 18 anos de existência, o Projeto Cidadão registra a realização de mais de 30 mil casamentos em todo o Acre.

De natureza itinerante, o Projeto Cidadão, percorre todo o estado do Acre, proporcionando à população carente inúmeros serviços, como:

- Emissão de documentos;
- Orientação e assistência jurídica;
- Palestra sobre meio ambiente, segurança;
- Oficinas de arte e educação;
- Primeiros socorros;
- Serviços na área de saúde;
- Atividades esportivas e culturais.





**g. Natal Solidário**

No mês de dezembro o Tribunal de Justiça do Acre realizou a entrega de alimentos não perecíveis a entidades de assistência social em Rio Branco.

As doações são provenientes da validação de inscrição dos candidatos que participaram do Processo Seletivo para Estágio de Nível Superior, juiz leigo e conciliador da Comarca de Rio Branco.

Foram arrecadados em todos os processos seletivos de estagiários um total de 4.783 kg de alimentos.



Natal solidário

| Entidades Beneficiadas                 | Comarca          |
|----------------------------------------|------------------|
| Sociedade Eunice Weaver (Educandário); | Cruzeiro do Sul  |
| Pastoral da Criança                    | Brasiléia        |
| Obra Social Nossa Senhora da Glória    | Sena Madureira   |
| Pastoral da Criança                    | Sena Madureira   |
| Pastoral da Criança                    | Manoel Urbano    |
| Pastoral da Criança                    | Feijó            |
| Fazenda Esperança                      | Mâncio Lima      |
| Pastoral da Criança                    | Mâncio Lima      |
| Casa Resgate                           | Rio Branco       |
| Educandário Santa Margarida            | Rio Branco       |
| Casa Lar Ester                         | Rio Branco       |
| Projeto Nova Vida                      | Senador Guiomard |
| Cantinho do Zito                       | Senador Guiomard |



# Processos internos



2



## 2. PROCESSOS INTERNOS

### Ações ocorridas em 2013.

#### Modernização administrativa e desenvolvimento institucional

##### a. Reforma administrativa

A modernização dos processos de trabalho administrativo e o redesenho da estrutura organizacional do Tribunal de Justiça do Estado do Acre e da Comarca de Rio Branco, de forma alinhada com os objetivos estratégicos institucionais, em especial o de reestruturar a Instituição com vistas na otimização de recursos e processos do Poder Judiciário do Estado do Acre, teve início em 2012, quando foi formalizado o contrato de consultoria com a Fundação Getúlio Vargas.

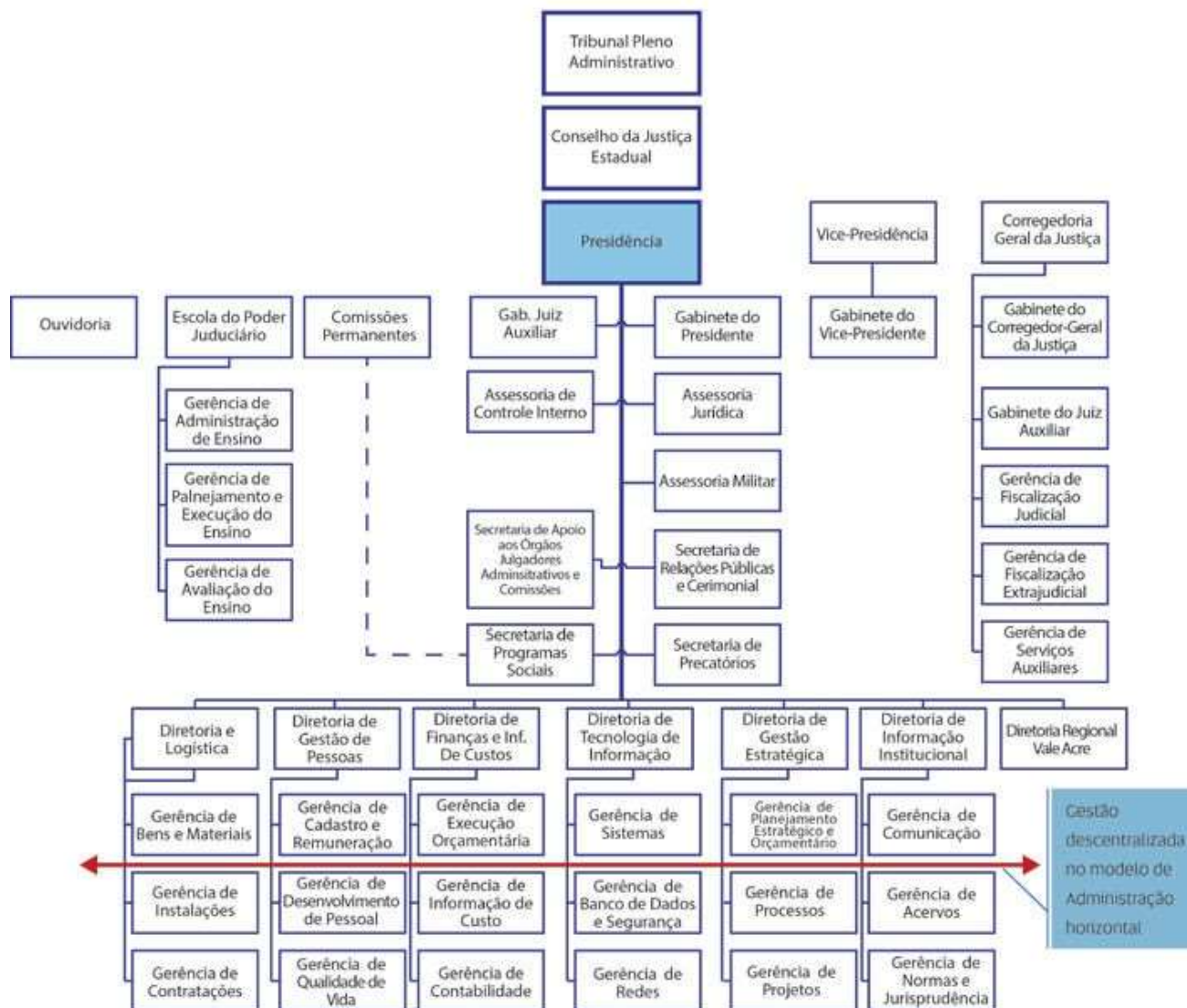
Os trabalhos relacionados à modelagem dos processos e à proposição do novo modelo organizacional baseado na administração gerencial e gestão por processos foram entregues em dezembro daquele ano, contudo só foi homologado quando da publicação da Lei Complementar Nº 257, de 29 de janeiro de 2013. A partir desse momento, se deu início a uma série de atividades como a avaliação da estrutura antiga e sua relação com a estrutura nova, e também dos manuais de procedimentos administrativos. Essa fase se consagrou de vital importância para viabilizar a implantação da reforma, de onde foi possível identificar e sanar algumas incongruências.

Ao mesmo tempo em que essas atividades aconteciam, a reforma aos poucos ia sendo implementada, primeiramente com a nomeação nos cargos da nova estrutura, finalizando com os ajustes nos manuais dos processos de trabalho e a edição da Resolução nº 180/2013 do Tribunal Pleno Administrativo, com a Resolução que dispõe acerca da Estrutura de Organização Administrativa do Tribunal de Justiça e da Secretaria Judicial.

A aprovação do novo organograma gera uma redução de níveis hierárquicos. A Resolução define as atribuições

dos órgãos administrativos, baseando-se na descentralização de competências da Presidência do TJAC, com o objetivo, em suma, de aprimoramento dos resultados institucionais.

## ESTRUTURA ADMINISTRATIVA



Lei Complementar Estadual nº 257 de 29 de janeiro de 2013

### b. Modernização dos cartórios extrajudiciais: Selo digital

A implantação do “Selo Digital” de fiscalização dos cartórios extrajudiciais do Estado do Acre teve seu início no mês de abril/2013. O projeto piloto envolveu três serventias extrajudiciais da Capital: o 1º Tabelionato de Protesto de Títulos, o 1º Ofício de Registros das Pessoas Naturais e o Tabelionato de Notas e o 1º Ofício de Registro de Imóveis.



A evolução do selo físico para o digital busca garantir maior eficácia e segurança aos atos notariais e de registro, bem como subsidiar a fiscalização e recolhimento dos fundos de compensação e reaparelhamento do Judiciário Acreano.

O Sistema possibilita a consulta dos atos por meio da Internet, no site [www.seloacre.com.br](http://www.seloacre.com.br), que poderá ser feita pelo usuário ou qualquer interessado. Também proporciona a utilização de ferramentas para o acompanhamento e rastreamento dos atos notariais e de registro, bem como a confecção de relatórios para uma fiscalização eficaz por parte da Corregedoria Geral da Justiça (Coger).

O selo digital será implantado em todas as serventias extrajudiciais, de acordo com as disposições contidas no Provimento nº 03/2013, publicado na edição nº 4.895 do Diário da Justiça Eletrônico (f. 90).

Abaixo quadro detalhado de implantação do sistema:

| COMARCA           | SERVENTIAS                                                                                    | DATA<br>IMPLANTAÇÃO |
|-------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| Rio Branco        | 1º Tabelionato de Protesto de Títulos                                                         | 11/04/2013          |
|                   | 1º Tabelionato de Notas e 1º Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais e Postos Avançados | 16/04/2013          |
|                   | 1º Ofício do Registro de Imóveis                                                              | 19/04/2013          |
|                   | 2º Tabelionato de Notas e 2º Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais                    | 02/10/2013          |
|                   | 3º Tabelionato de Notas e 3º Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais                    | 07/10/2013          |
|                   | Serventias Extrajudiciais da Comarca do Município de PORTO ACRE                               | 15/10/2013          |
|                   | 2º Tabelionato de Protesto de Títulos e Documentos                                            | 18/10/2013          |
| Bujari            | Serventias Extrajudiciais (Cartório Bandeira)                                                 | 04/07/2013          |
| Capixaba          | Serventias Extrajudiciais                                                                     | 10/09/2013          |
| Assis Brasil      | Serventias Extrajudiciais                                                                     | 12/09/2013          |
| Tarauacá          | Serventias Extrajudiciais                                                                     | 19/09/2013          |
| Cruzeiro do Sul   | Tabelionato de Protesto de Títulos                                                            | 19/09/2013          |
| Manoel Urbano     | Serventias Extrajudiciais                                                                     | 20/09/2013          |
| Sena Madureira    | Serventias Extrajudiciais                                                                     | 23/09/2013          |
| Mâncio Lima       | Serventias Extrajudiciais                                                                     | 24/09/2013          |
| Acrelândia        | Serventias Extrajudiciais                                                                     | 07/10/2013          |
| Plácido de Castro | Serventias Extrajudiciais                                                                     | 14/10/2013          |
| Epitaciolândia    | Serventias Extrajudiciais                                                                     | 16/10/2013          |
| BRASILÉIA         | Serventias Extrajudiciais                                                                     | 17/10/2013          |
| Cruzeiro do Sul   | Tabelionato de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos.                                     | 28/10/2013          |
| Senador Guimard   | Serventias Extrajudiciais                                                                     | 29/10/2013          |
| Xapuri            | Serventias Extrajudiciais                                                                     | 30/10/2013          |
| Cruzeiro do sul   | Tabelionato de Notas e Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais                          | 31/10/2013          |
| Feijó             | Serventias Extrajudiciais                                                                     | 16/12/2013          |
| Rodrigues Alves   | Serventias Extrajudiciais                                                                     | 31/01/2014          |
| Porto Walter      | Serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais                                              | 31/01/2014          |



|                         |                                                  |            |
|-------------------------|--------------------------------------------------|------------|
| Marechal<br>Thaumaturgo | Serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais | 15/02/2014 |
| Santa Rosa              | Tabelionato de Notas                             | 15/02/2014 |
| Jordão                  | Serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais | 15/02/2014 |



Modernização administrativa e desenvolvimento institucional



Ampliação das atividades do Juizado de Transito



### c. Ampliação das atividades do Juizado de Trânsito

O Tribunal de Justiça do Acre e o Governo do Estado firmaram o Convênio nº 01/2013, para ampliação e desenvolvimento das atividades do Juizado de Trânsito.

Com a parceria, o Governo do Estado disponibilizou dois veículos para a realização dos serviços, quatro agentes de trânsito, além de recursos para a manutenção das viaturas.

O investimento reforça o trabalho realizado pelas três equipes do Juizado de Trânsito, que se revezam para atender as ocorrências. São conciliadores, peritos e agentes de trânsito treinados e capacitados para resolver o conflito de forma amigável, ou, quando não for possível, as partes são acionadas judicialmente, e já são marcadas audiências de conciliação, instrução e julgamento dos litígios.

Os principais benefícios para a comunidade são:

- ▶ Solução do litígio no local do acidente;
- ▶ Descongestionamento do trânsito oriundo de acidentes automobilísticos com a utilização da perícia volante;
- ▶ Prevenção de agressões recíprocas, físicas ou verbais, entre os condutores dos veículos;
- ▶ Diagnósticos dos locais com maior incidência de acidentes na cidade, o que favorece a melhoria da sinalização do trânsito;
- ▶ Verificação dos documentos dos veículos e de seus condutores, pelo agente de trânsito, reduzindo-se a fiscalização e auxílio administrativo do DETRAN.

### d. Projeto de Virtualização dos processos judiciais

O Projeto de Virtualização dos processos judiciais é uma das iniciativas estratégicas mais ousadas do Poder Judiciário do Estado do Acre. Seu objetivo primordial é garantir maior rapidez, segurança e eficiência no trâmite processual.

A previsão inicial do projeto contemplava apenas os processos do 1º grau de jurisdição, uma vez que essa iniciativa estava vinculada ao indicador estratégico de virtualização dos processos, cuja meta era virtualizar 90% dos processos até 2014.

O modelo de trabalho adotado que priorizou a força de trabalho dos servidores e magistrados e utilização de



equipamentos próprios e/ou cedidos de instituições parceiras, fez com que os trabalhos avançassem em ritmo acelerado, permitindo assim que a administração do tribunal reavaliasse o projeto e avançasse com a virtualização no 2º grau (Turmas Recursais, Vice-presidência, Diretoria Judiciária, 1ª e 2ª Câmaras Cíveis e Câmara Criminal).







Com essa estratégia o TJAC antecipa em um ano a conclusão do projeto e supera a meta inicialmente fixada ao virtualizar aproximadamente 130 mil processos, ou seja 100% dos processos passaram a existir em meio eletrônico, sendo 120 mil no 1º Grau e os outros 10 mil no 2º.

A ação coloca o TJAC em posição de vanguarda entre os tribunais do País a concluírem a virtualização, e representa o esforço da Administração para manter e ampliar os bons índices de eficiência e celeridade obtidos pelo Poder Judiciário do Acre nas avaliações anuais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Importância do projeto:





## Eficiência operacional

### a. Execução Fiscal Eletrônica

A implantação do sistema permitiu a integração da dívida ativa, estabelecendo uma via eletrônica de intercomunicação entre a Vara de Execução Fiscal (VEF) da Comarca de Rio Branco, a Secretaria da Fazenda, as Procuradorias Estadual e Municipal e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT).

A operacionalização do novo sistema contribui para agilizar a tramitação dos processos de execução fiscal no Estado, além de diminuir despesas operacionais, como materiais e diligências.

A nova ferramenta representa uma verdadeira transformação nos processos de execução fiscal, não somente para o Tribunal, mas também para todos os entes envolvidos.

Entre os principais benefícios estão:

- Integração entre os sistemas de dívida ativa, procuradoria e tribunal;

A integração das instituições envolvidas agiliza o trâmite do processo permitindo a troca de informações de modo eletrônico, contínuo e sem demandar qualquer tipo de intervenção manual, haja vista o grande volume de dados envolvidos.

- Agilidade no ajuizamento

A remessa eletrônica das petições iniciais possibilita o ajuizamento de grandes lotes de ações fiscais em tempo recorde, evitando a prescrição de dívidas e gerando mais e melhores resultados na recuperação de créditos inscritos em dívida ativa.

- Intimações eletrônicas

Os procuradores também são intimados de forma eletrônica pelo sistema, recebendo as notificações do Judiciário diretamente em suas agendas, que ainda oferecem controle de prazos e pendências que aguardam manifestação.

- Celeridade no andamento das ações

Elimina a etapa de cadastramento das ações, já que há o reaproveitamento de dados e os processos são automaticamente distribuídos. O sistema também confere se os dados das CDAs estão completos, e emite de forma automática os despachos de citação e intimação para emenda, que serão assinados digitalmente pelo magistrado.

- Peticionamento eletrônico

Os executados poderão protocolar ao processo digital seus documentos, petições, comprovantes de pagamentos e parcelamentos, enviando-os em meio eletrônico, através do portal do Judiciário, ou mediante a entrega em meio físico na vara, que irá digitalizar os documentos para incorporação aos autos do processo digital.

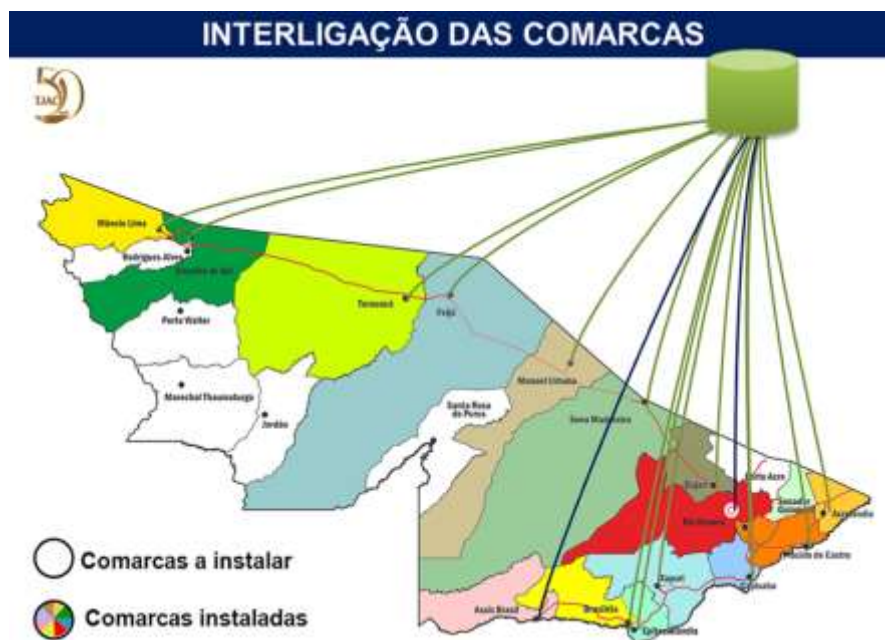
- Segurança da informação

Para agregar segurança às integrações, também são utilizadas tecnologias de certificação, assinatura digital e protocolação eletrônica, bem como todos os recursos tecnológicos inerentes e característicos do processo digital do SAJ.

## **b. Processo Judicial Eletrônico**

O Tribunal de Justiça do Acre concluiu no dia 19 de dezembro o projeto de virtualização de todos os processos que tramitam no Judiciário Estadual. Dessa forma, foi concluído um dos mais importantes projetos da instituição: o da Virtualização, iniciado há cinco anos.

Aproximadamente 130 mil processos passaram a existir em meio eletrônico, sendo 120 mil no 1º Grau e os outros 10 mil no 2º Grau.





**Do ponto de vista administrativo, a virtualização promove as seguintes vantagens:**

■ **Automação de processos**

O sistema oferece efetiva automação do processo, com a eliminação de rotinas manuais e promovendo a padronização de procedimentos de trabalho.

■ **Pasta digital**

O sistema permite a formação da pasta digital do processo a partir de documentos emitidos no próprio sistema, peticionados via internet e ainda digitalizados, o que amplia as possibilidades de acesso e utilização do processo digital.

■ **Acesso facilitado**

Oferece mobilidade aos usuários e operadores, através de conexão web, além de comodidade aos jurisdicionados, que podem consultar a íntegra dos autos na internet. Para processos em segredo de justiça, exige senha para acesso à pasta digital.

■ **Peticionamento eletrônico**

Permite o peticionamento de petições iniciais e intermediárias, com a utilização de assinatura digital e protocolação eletrônica, de

forma a garantir a integridade das informações e tempestividade dos atos.

■ **Gerenciamento de documentos**

Oferece recursos para o gerenciamento eletrônico de documentos, que permitem o armazenamento e a recuperação de documentos digitais a qualquer tempo e de forma facilitada. Com estes recursos, a instituição tem disponível em meio eletrônico, de fácil acesso e baixo custo, todas as peças processuais.

■ **Redução de custos**

Eliminação de papel e despesas com deslocamentos para entrega de documentos e espaço físico para armazenagem.

Já do ponto de vista da prestação jurisdicional, a virtualização dos processos promove mudanças significativas ao passar dos processos físicos, em papel, para os processos virtuais, em formato digital, o Tribunal dá um passo decisivo em direção à construção da Justiça do futuro.

Na prática, a mudança tem como objetivo permitir maior celeridade e transparência às atividades do Poder Judiciário do Acre, permitindo a tramitação e o acompanhamento eletrônico dos processos, por parte dos advogados, operadores do Direito ou qualquer cidadão através de um computador conectado à Internet.

Os efeitos da virtualização já são visíveis em alguns indicadores de desempenho da justiça estadual, como melhora da taxa de congestionamento e índice de agilidade no julgamento, conforme pode ser visualizado nos gráficos a seguir.



Gráfico: Taxa de congestionamento

A taxa de congestionamento representa o percentual de processos que ao final do período, considerando os que entraram no ano mais os pendentes do período anterior, ficaram aprisionados sem julgamento. Nesse aspecto essa taxa é uma das menores do país.

No mesmo sentido a agilidade no julgamento diz respeito ao percentual de processos que foram finalizados dentro de um ano em relação ao total de processos finalizados. Isso significa que, de todos os processos finalizados 65,51% deles tinham apenas um ano.

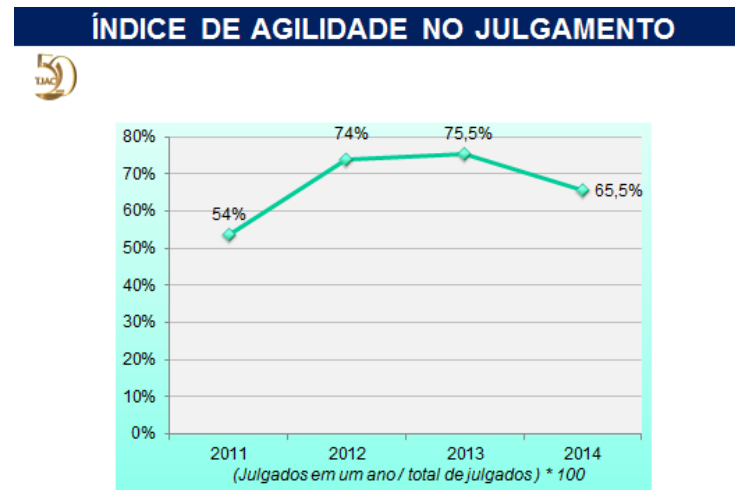


Gráfico: Índice de agilidade no julgamento

## **Ações ocorridas em 2014.**

### **Eficiência operacional**

#### **Renovação da frota de veículos**

Foram adquiridos 22 novos veículos com recursos próprios, um investimento de mais de R\$ 2 milhões de reais. A frota do Tribunal era de 101 veículos para atender todo o Estado e agora todas as comarcas foram beneficiadas com carros novos. Com a renovação da frota o Tribunal realizou mais um leilão de carros e com isso garantiu uma frota nova com segurança para motoristas, servidores e magistrados que utilizam os veículos.



O Leilão Público de 2014 para alienação de veículos considerados inservíveis para o Poder Judiciário do Estado do Acre possibilitou a arrecadação de mais de R\$ 140 mil reais. A atividade foi realizada na sede da Escola do Poder Judiciário (ESJUD), sendo que foi adotado o critério do maior lance ou oferta por lote.

Todos os oito lotes ofertados foram arrematados. O maior lance ficou por conta do arremate de um veículo Volkswagen Kombi, que alcançou o valor de R\$ 11.800.



### **Ampliação do atendimento do Cejus/Juizado de Trânsito**



O Juizado de Trânsito (Jtran), núcleo integrante do Centro de Solução de Conflitos e Cidadania dos Juizados Especiais (Cejus) da Comarca de Rio Branco, registrou aumento de 20% nos atendimentos relacionados a acidentes de trânsito em comparação ao registrado no ano de 2013. A elevação do atendimento está relacionada à ampliação da estrutura de atendimento e melhoria da capacidade técnica das equipes de atendimentos, ocorridas em 2013.

De acordo com dados do Departamento Estadual de Trânsito (Detran/AC), a frota de Rio Branco é de aproximadamente

140.000 veículos, sendo que, mensalmente, entram em circulação na cidade cerca de 1.200 veículos, entre novos e transferidos de outras cidades. Esse número justifica o aumento de ocorrências de trânsito na Capital. Em 2014 o Jtran realizou 2.222 atendimentos, com 1.564 processos registrados e autuados. Confira os números:

| Movimento das atividades no ano de 2014 (até setembro)                    | Totais |
|---------------------------------------------------------------------------|--------|
| 1. Total de atendimentos realizados                                       | 2.222  |
| 2. Chamadas atendidas e não autuadas por estarem fora da atuação do Jtran | 658    |
| 2.1 – Veículo oficial                                                     | 11     |
| 2.2 – Acordo com interferência do Juizado e sem registro                  | 128    |
| 2.3 – Acordo sem interferência do Juizado e sem registro                  | 364    |
| 2.4 – Veículo evasor                                                      | 110    |
| 2.5 – Veículos fora do local                                              | 3      |
| 2.6 – Acidentes com vítimas                                               | 39     |
| 2.7 – Colisão com objeto fixo                                             | 3      |
| 2.8 – Área particular                                                     | -      |
| 3. Processos registrados e autuados                                       | 1.564  |
| 3.1 – Acordos realizados no local                                         | 793    |
| 3.2 – Audiências de conciliação marcadas                                  | 771    |
| 3.3 – Queixas registradas na central de reclamação                        | -      |



O Juizado de Trânsito é um projeto desenvolvido desde 1995 pelo Tribunal de Justiça do Acre. O órgão conta com quatro equipes técnicas, que se revezam no atendimento das ocorrências. O serviço prestado pelo Juizado é gratuito e está disponível ao cidadão de segunda a segunda, das 7h às 22h.

### **Descarte de 52 mil processos judiciais**

O Tribunal de Justiça do Acre deu início ao descarte de 52 mil processos físicos. Os processos objetos da doação já tiveram o trânsito em julgado, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, sendo devidamente selecionados pela Comissão instituída pela Portaria nº 1.042/2014 da Presidência do Tribunal de Justiça e disponibilizados no link <http://www.tjac.jus.br/transparencia/elimina-autos.jsp> para consulta pública pelo prazo de 30 dias.

Na ocasião foi assinado um termo de doação com encargos entre o Tribunal e a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis do Estado do Acre (Catar), representada pelo seu diretor presidente, Francisco Martins. O termo de doação celebrado entre as instituições segue a disposição contida na Resolução nº 143/2010 – TPADM. A iniciativa do descarte de processos está diretamente ligada ao projeto de virtualização das unidades judiciárias acreanas.

A iniciativa permite que o material, ao invés de ser incinerado ou aterrado, gere emprego e renda e também contribua com a preservação do meio ambiente.



## Efetivação dos Manuais de Rotina de Trabalho

Durante o processo de implantação, reuniões com as unidades serão realizadas para implantação dos manuais e também para possíveis melhorias nas rotinas.

A ação faz parte do Projeto de Reestruturação e Modernização Institucional do Poder Judiciário do Acre, que tem como principais propósitos desburocratizar processos administrativos, padronizar rotinas, otimizar a aplicação de recursos financeiros e pessoais, e ampliar a obtenção de produtos e resultados.

Com a implantação dos processos de trabalho nas unidades administrativas, será possível alcançar a otimização da qualidade e produtividade dos serviços públicos prestados à sociedade. O grande foco será a melhoria dos processos internos administrativos e da estrutura organizacional, sendo que os resultados das atividades deverão garantir “maior eficiência, eficácia e efetividade nas rotinas dos processos administrativos”.



Os Manuais de Procedimentos internos – fruto da Reforma Administrativa conduzida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) -, e que irão nortear as práticas de trabalho dos diversos setores da instituição, estabelecem um novo paradigma na gestão do TJAC, visto que a partir desse momento cada diretoria, gerência, secretaria e setores administrativos do Tribunal serão avaliados continuamente – a fim de que se possam alcançar os objetivos e metas estabelecidos.

## Segurança Institucional

O Tribunal de Justiça do Estado do Acre lançou no ano de 2014 o Eixo de Segurança Institucional que vai contemplar investimentos na ordem de mais de R\$ 3 milhões nas áreas patrimonial, pessoal e equipamentos. O objetivo é garantir a segurança dos usuários da Justiça, dos magistrados e dos servidores.

A ação estratégica integra investimento em capacitação, equipamentos e no reconhecimento dos agentes de segurança e policiais militares pelos trabalhos que desenvolvem a cada dia nas Unidades Judiciárias e administrativas do Tribunal.

A iniciativa abrange as comarcas de Rio Branco, do interior do Estado, além da Cidade da Justiça da Capital e de Cruzeiro do Sul.

O primeiro passo para implementação da iniciativa foi à visita das equipes técnicas aos Tribunais Superiores, para que conhecessem as tecnologias adotadas e trocassem informações com órgãos que já detêm experiência em segurança patrimonial.

A visita *in loco* possibilitou a solução do dilema, por meio da elaboração de um plano de aquisições arrojado, capaz de atender as futuras necessidades do Tribunal.

O sistema de vigilância eletrônica ofertado na licitação foi desenvolvido em um dos Centros de Pesquisa mais avançados da América Latina, sendo composto de central de alarme monitorada com 18 zonas, sensor de barreira, sensor infravermelho passivo e sirene.

A central é protegida contra sabotagem, garantindo a comunicação mesmo com falha ou corte da linha telefônica. Permite, ainda, o acesso remoto através do celular e notificação via SMS.

O monitoramento e a gravação de imagens serão realizados por câmeras especiais de alta resolução, permitindo o acesso remoto, através de computadores, tablets e smartphones.







## Gestão Estratégica: controle e eficiência da atividade administrativa e judicial

Durante o biênio 2013-2015, diversas foram às atividades desenvolvidas com vistas a aprimorar o processo de gestão do Tribunal, garantindo uma prestação jurisdicional mais célere e a obtenção de resultados cada vez melhores. Dentre essas atividades, estão as reuniões de análise estratégicas e as reuniões do comitê gestor das metas nacionais.

As reuniões são instrumentos de gestão que visam garantir maior comprometimento e controle dos gestores na execução do Planejamento Estratégico, com suas metas, objetivos e seus respectivos projetos e das metas nacionais. A reunião também é um poderoso instrumento para socialização das boas práticas implementadas pelas unidades organizacionais e de exposição das dificuldades enfrentadas no trabalho e, sobretudo, apontar caminhos que possibilitem a melhoria dos serviços oferecidos à população.

A primeira reunião realizada no mês de março, teve como propósito maior a apresentação das iniciativas da Presidência contida no seu plano de gestão, como também o de entregar aos atuais gestores os indicadores relacionados às suas áreas de atuação. As reuniões seguintes, tanto estratégicas (trimestrais) quanto de metas (mensais), tiveram caráter informativo, avaliativo e corretivo a cerca do desempenho desses indicadores e andamento das iniciativas estratégicas da Administração.

A RAE é um importante instrumento de melhoria das práticas de gestão, que estimula as equipes a perseguirem os objetivos institucionais, melhora a interrelação setorial e fortalece a consciência dos colaboradores em prol da missão e visão de futuro. Esse processo de mudança, paulatinamente, está consolidando a cultura organizacional e estabelecendo um novo perfil de governança estratégica.





Para se ter uma visão melhor dessa mudança, o CNJ tem realizado nos últimos anos pesquisa juntos aos tribunais com intuito de avaliar o grau de amadurecimento da governança estratégica. Os resultados dessa pesquisa nos anos de 2012, 2013 e 2014 (prévia) estão expostos no gráfico a seguir:

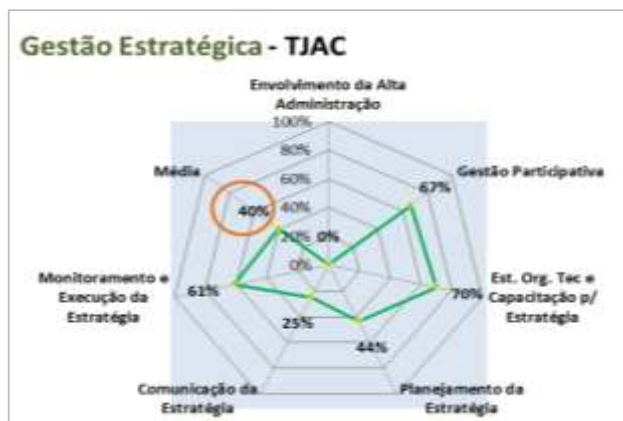


Gráfico: Maturidade da estratégia - 2012

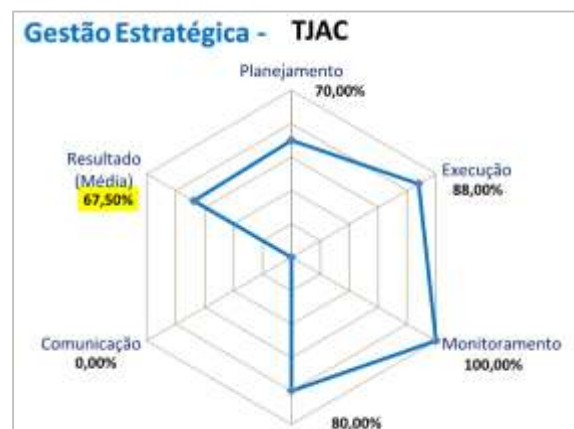


Gráfico: Maturidade da estratégia - 2013

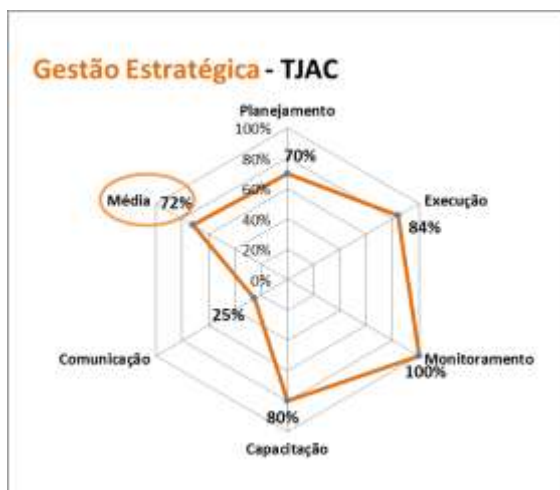


Gráfico: Maturidade da estratégia - 2014

Os resultados do diagnóstico de 2012 e 2013 revelaram uma melhora significativa no nível de maturidade, passando de 40% em 2012 para 67,5% em 2013.

No ano de 2014, o resultado permanece quase que o mesmo de 2013, tendo em vista que referido plano não foi concluído. Por outro lado, o que contribuiu para a melhoria do resultado foi a criação, mesmo em caráter provisório, do Comitê de Gestão Estratégica, através da Portaria nº 983/2014.

## Inovações para melhoria e controle das atividades administrativas e judiciais

Objetivando melhorar o desempenho de algumas atividades administrativas, foram desenvolvidas no âmbito da Diretoria de Gestão Estratégica – DIGES, algumas ferramentas, de base tecnológica, que proporcionaram maior agilidade, segurança e precisão nas informações. Essas ferramentas foram indispensáveis, por exemplo, para a gestão das metas nacionais e acompanhamento dos contratos administrativos. Vide abaixo a relação completa:

- ▶ Planilha de pontuação para promoção de magistrados pelo critério de merecimento;
- ▶ Planilha de cálculo do auxílio alimentação dos magistrados (retroativo) e mensal;
- ▶ Controle de acompanhamento da vigência dos contratos administrativos (DILOG);
- ▶ Criação de Banco de Dados para Gerenciamento das Metas Nacionais de 2014.



Portão de gestão das Metas Nacionais





Durante esse período diversas ações e projetos foram implementados de modo a promover um salto de qualidade tanto do ponto de vista estrutural quanto de qualidade na oferta de serviços à sociedade.

Dentre os projetos estruturantes, destacam-se: Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul e Rio Branco, e PCCR. Já do ponto de vista qualitativo cita-se a reforma administrativa e virtualização de todos os processos judiciais.

Além desses projetos outras ações inovadoras foram colocadas em prática de modo a potencializar os resultados advindos desses projetos, aumentando a oferta de serviços à sociedade e melhorando significativamente suas entregas.

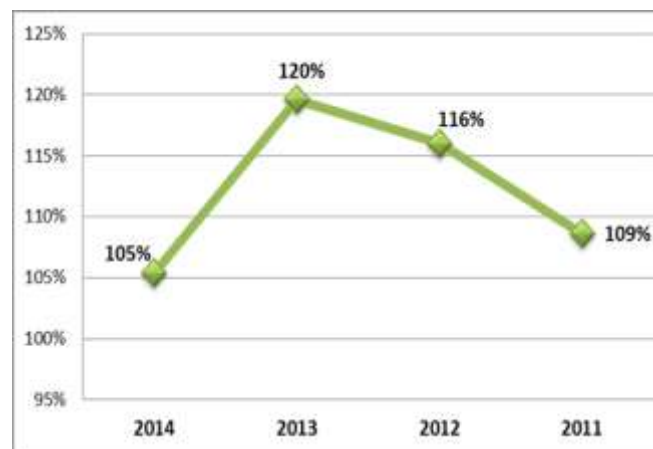
Nesse aspecto, vale destacar a melhoria nos resultados de alguns indicadores finalísticos, como taxa de congestionamento, produtividade, atendimento a demanda, conforme demonstrado logo abaixo.

Observa-se que ao longo do período houve um aumento na taxa de congestionamento a partir do segundo ano de execução do P.E, e logo depois percebe-se uma estabilidade no mesmo. Esse fenômeno decorre do fato de que por aproximadamente dois anos, as unidades Jurisdicionais foram obrigadas a reduzir sua carga de trabalho em virtude da execução do projeto de virtualização dos processos. A partir dos próximos períodos, a expectativa é de que haja uma melhora significativa no indicador.

Taxa de congestionamento



Índice de atendimento a Demanda



## Resultados do Mapa Estratégico

O Mapa estratégico é uma representação visual da história da estratégia, que evidencia os desafios que a instituição terá que superar para concretizar sua missão e visão de futuro.

Esses desafios se constituem nos objetivos que a instituição deverá priorizar ao longo de sua trajetória.

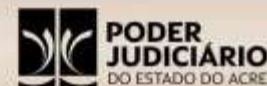
Nesse aspecto, observando os resultados percentuais de alcance dos objetivos estratégicos do TJAC, conclui-se que em sua maioria, os desafios enxergados à época da elaboração do P.E. foram em sua maioria superados.

Na avaliação geral do mapa estratégico, a meta era obter 90% de cumprimento dos desafios propostos no P.E até o final do período. Nesse aspecto, o resultado final em 2014 foi de 88,22% representado um marco importante na história da estratégia do Tribunal e que norteará os esforços para os períodos seguintes.

Os resultados individuais, por objetivo, pode ser visualizado no Mapa Estratégico, logo abaixo.

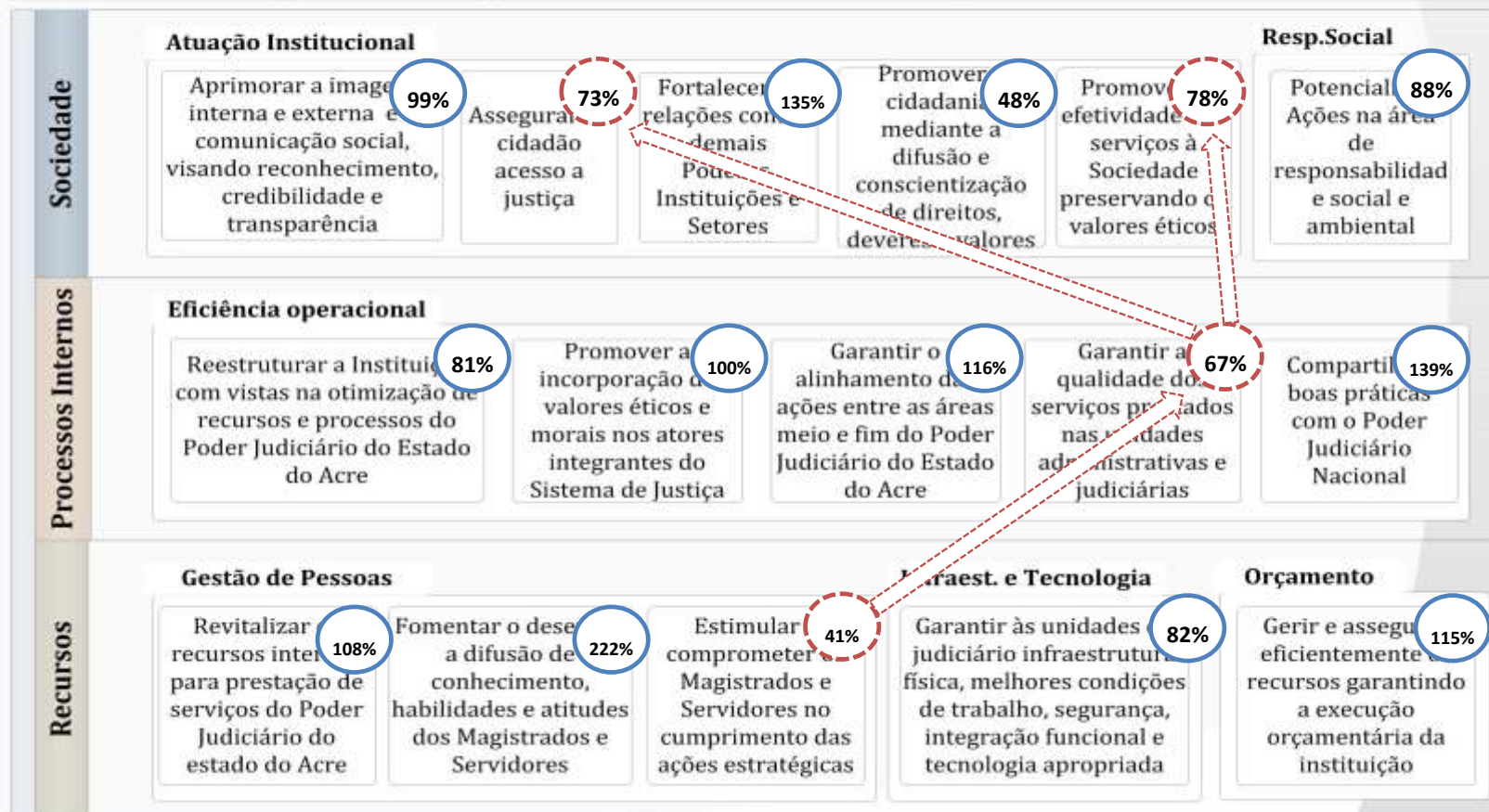


# MAPA ESTRATÉGICO 2010 - 2014



## Visão

Ser reconhecido, até 2015, pelo jurisdicionado no Estado do Acre, pela excelência na prestação de serviços judiciários e sociais, por meio de magistrados e servidores motivados, capacitados e valorizados.



**VALORES:** Respeito; Celeridade; Eficácia; Justiça; Transparência; Honestidade; Compromisso; Ética; Moralidade; Independência; Responsabilidade Social e Ambiental; Eficiência e efetividade

negativo de um outro objetivo, que por suas características é indispensável para a consecução dos demais. Assim, o desempenho dos demais objetivos da cadeia, é dependente do primeiro.

Observando o mapa estratégico e a identificação do caminho crítico, vê-se que o objetivo de sustentação da estratégia “Estimular e comprometer magistrados e servidores...” teve desempenho abaixo da meta, levando conseqüentemente, a resultados insatisfatórios na perspectiva de processos internos, mais precisamente no objetivo de qualidade nos serviços e, por fim nos objetivos de entregas à sociedade: Efetividade dos serviços e acesso a justiça, com 73% e 78% de desempenho, respectivamente.

#### Estimular e comprometer magistrados e servidores 41,78%

 29 - Índice do Clima Organizacional 0,0%

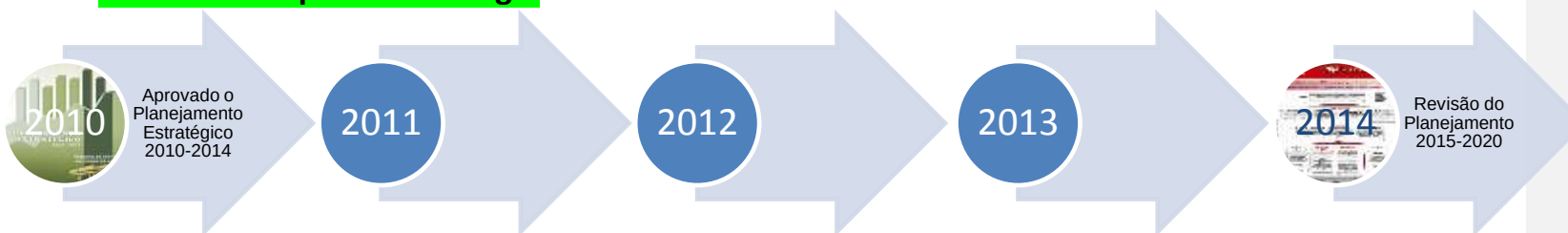
 30 - Índice de absenteísmo 100,0%

 31 - Índice de prevenção de saúde 49,82%

A estratégia em qualquer organização é movida pelas pessoas que a compõem, e desta forma devem ser motivadas a fazer parte do movimento transformador da instituição, por meio de políticas que valorizem, estimulem e gerem comprometimento dos servidores para com as atividades e serviços prestados a sociedade.

No que tange a qualidade de vida dos servidores e magistrados, questões relacionadas a saúde são as mais críticas, pois repercutem na condição laboral dos colaboradores e conseqüentemente nos resultados de seu trabalho. Nesse quesito, são conseqüências certas, a falta de motivação, ausências para tratamento de saúde, licenças, etc.

## Linha do Tempo da Estratégia



- Institucionalização dos projetos sociais;
- Nova Sede Administrativa;
- Reformas das Comarcas: Feijó, Brasília, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Cruzeiro do Sul, Senador Guimard, Assis Brasil, Rio Branco, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Plácido de Castro, Rodrigues Alves, Tarauacá;
- Modernização tecnológica;
- Renovação da frota de veículos;
- Mapeamento e modelagem processos do 1º Grau: Cível e Criminal.

- Instalação da Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas;
- Implantação da ouvidoria;
- Instalação da Vara de Execução Fiscal;
- Instalação do CEJUS;
- Plano de Obras: Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul, Fórum de Assis Brasil, Sede Própria do TJAC, Início da Cidade da Justiça de Rio Branco e reformas nos prédios.
- 1º Encontro Estadual dos servidores do Judiciário;
- Projeto de Modernização Administrativa do TJAC;
- Implantação do Controle interno.

- Padronização de mobiliários: Res. 37/2012;
- Projeto Identidade visual: Res. 38/2012;
- Projeto Modernização Administrativa;
- Ampliação da composição dos membros da Corte;
- MBA em Gestão Pública;
- Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul;
- Projeto Cidade da Justiça de Rio Branco;
- Convocação de 243 novos servidores.

- Comemoração do Cinquentenário do Judiciário do Acre;
- Implantação da reforma administrativa: Lei 257/2013;
- Ampliação do projeto de gravação de audiências;
- Implantação da Execução Fiscal Eletrônica;
- Criação do Laboratório/Estúdio de rádio;
- Conclusão do Projeto de virtualização dos processos judiciais de 1º e 2º graus.
- Implantação do PCCR: Lei 258/2013;
- Posse de Juízes;
- Conclusão da ampliação da Conexão das Redes entre todas as Comarcas;
- Aperfeiçoamento da Infraestrutura tecnológica;
- Projeto de segurança institucional.

- Posse de 120 servidores;
- Assistência à saúde: ampliação do benefício;
- Ampliação da composição das Turmas Recursais;
- Implantação da GAR;
- Composição da corte de Justiça completada;
- Continuidade Projeto Cidade da Justiça de Rio Branco: Fórum Criminal e Juizados Especiais;
- Reforma de vários prédios;
- Gratificação de acúmulo de jurisdição e licença prêmio – LC 288;
- Projeto de revisão do Planejamento Estratégico 2015-2020;
- Pesquisa de satisfação e confiança;
- Aquisição de novos veículos;
- Investimento na área de segurança

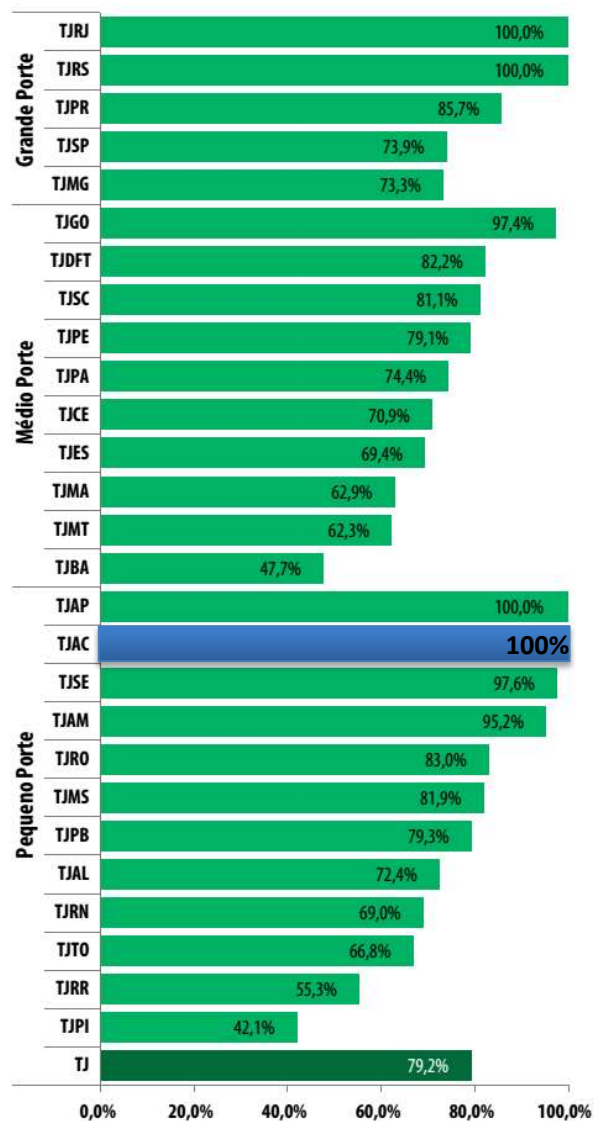


Gráfico 35 - Resultado do IPC-Jus por Tribunal, Segundo o Porte, ano-base 2013

### Eficiência comparada – IPC - JUS

Além desses resultados, a continuidade na execução da estratégia proporcionou ao TJAC lugar de destaque no cenário nacional, por meio dos resultados do Relatório Justiça em Números e do índice de Produtividade Comparada da Justiça, ambos acompanhados pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Nesse ultimo indicador, o TJAC obteve 100% de eficiência, se tornando um dos poucos tribunais nacionais a obter esse resultado por quatro anos consecutivos.

Vide o resultado divulgado pelo CNJ em 2014.





Coletiva de imprensa – TJAC destaque nacional IPC-JUS.



# Recursos

### 3 RECURSOS

#### Orçamento

Este tema tem como prerrogativa o planejamento orçamentário de forma integrada visando assegurar e gerir os recursos que viabilizem as ações e metas estratégicas do Tribunal.

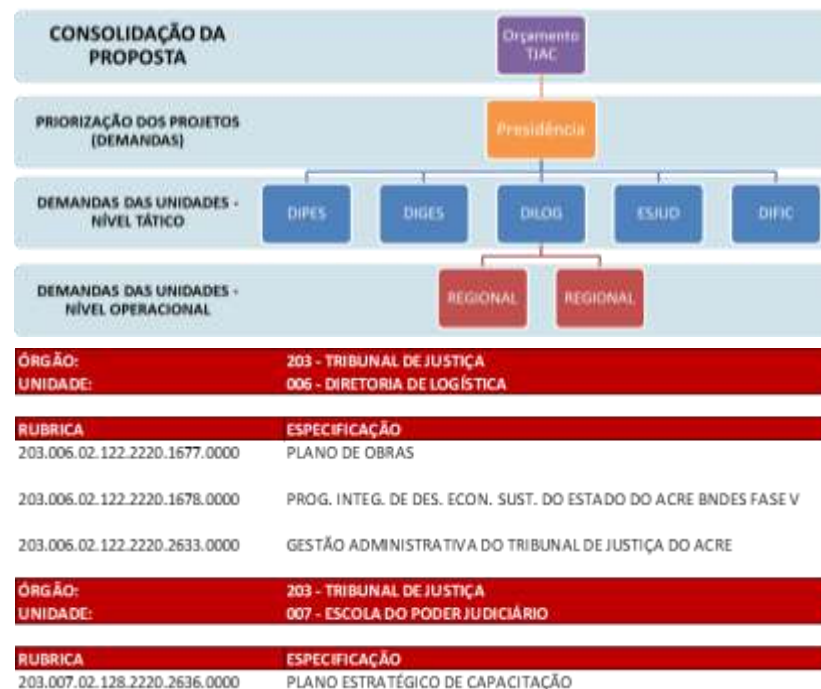
#### Ações relativas ao ano de 2013/2014

##### a. Readequação do orçamento à nova estrutura administrativa

O processo de reestruturação do orçamento do Tribunal visa atender, primeiramente, às exigências do Conselho Nacional de Justiça no sentido de que os orçamentos anuais passem a expressar os projetos estratégicos, bem como da própria reforma administrativa que orienta o processo decisório em nível de direção.

No esquema abaixo, é possível observar com clareza o modelo de programação descentralizada e participativa, bem como a forma como os recursos alocados nos projetos estratégicos ficam dispostos nas Unidades Organizacionais.

Modelo de programação orçamentária



Esse mecanismo permite melhor uma perfeita identificação dos projetos estratégicos com os recursos a eles alocados e as despesas realizadas. Assim, tanto o gestor do projeto tem maior capacidade de gerenciamento da iniciativa, quanto o Tribunal tem em aferir a relação custo benefício dos mesmos.

**b. Melhoria no processo de arrecadação relativo aos recursos próprios.**

Objetivando melhorar e ampliar o processo de arrecadação das receitas próprias do TJAC, durante o ano de 2013/2014 foram tomadas as seguintes providências:

- Atualização da tabela dos emolumentos extrajudiciais em 5,96%;
- Acompanhamento da arrecadação dos cartórios extrajudiciais;
- Acompanhamento diário da arrecadação de custas judiciais e correção de falhas de procedimentos no cadastramento das custas no sistema SAJ;
- Parceria com o Tribunal de Justiça de Pernambuco visando a obtenção de um software que torne a arrecadação mais eficiente;
- Estudo para revisão do contrato de remuneração dos depósitos judiciais junto ao Banco do Brasil.

Em 2014, o resultado da arrecadação de receitas próprias foi o seguinte:

| Arrecadação de Receitas Próprias |                  |             |               |
|----------------------------------|------------------|-------------|---------------|
|                                  | Referências      | Situação    |               |
| Arrecadação                      | jan a dez - 2013 | Acréscimo ↑ | 8.715.827,51  |
| Arrecadação                      | jan a dez - 2014 |             | 10.973.186,70 |
|                                  |                  |             |               |
| Resultado                        | -                |             | 25,90%        |

**c. Programação orçamentária**

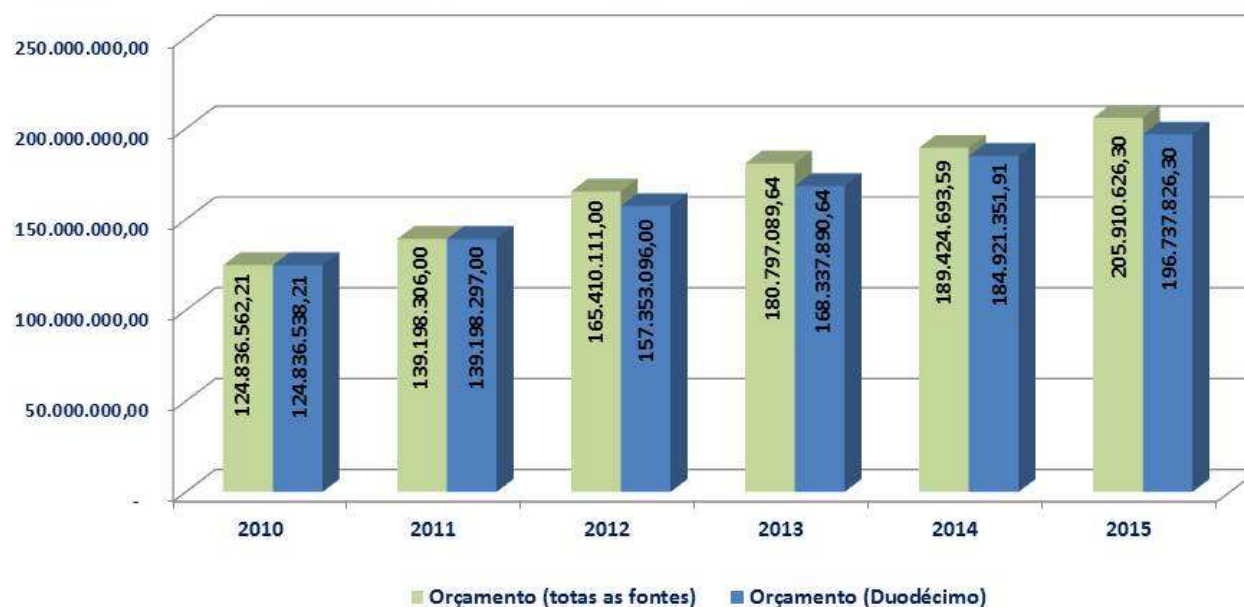
Durante o ano de 2013/2014 a Administração do Tribunal canalizou esforços no sentido de viabilizar a implantação das reformas administrativas objeto das Leis Complementares nº 257/2013 – Reforma Administrativa e 258/2013 – Plano de Cargos, Carreira e Remuneração/PCCR, bem como da infraestrutura tecnológica, da capacitação de servidores e magistrados e da manutenção das atividades. Tudo isso sem abrir mão dos princípios norteadores da boa gestão fiscal.

Nessa perspectiva, garantir recursos orçamentários para o ano de 2015, e executar os recursos programados de 2013 e 2014, foi de fundamental importância para concretização das ações planejadas.

Nos demonstrativos a seguir é possível observar a evolução do volume de recursos ao longo dos anos, tanto na fase de negociação, quanto de execução do orçamento.

## EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO TJAC

| Ano  | Orçamento (todas as fontes) | Crescimento | Orçamento (Duodécimo) | Crescimento |
|------|-----------------------------|-------------|-----------------------|-------------|
| 2010 | 124.836.562,21              | -           | 124.836.538,21        | -           |
| 2011 | 139.198.306,00              | 12%         | 139.198.297,00        | 12%         |
| 2012 | 165.410.111,00              | 19%         | 157.353.096,00        | 13%         |
| 2013 | 180.797.089,64              | 9%          | 168.337.890,64        | 7%          |
| 2014 | 189.424.693,59              | 5%          | 184.921.351,91        | 10%         |
| 2015 | 205.910.626,30              | 9%          | 196.737.826,30        | 6,4%        |

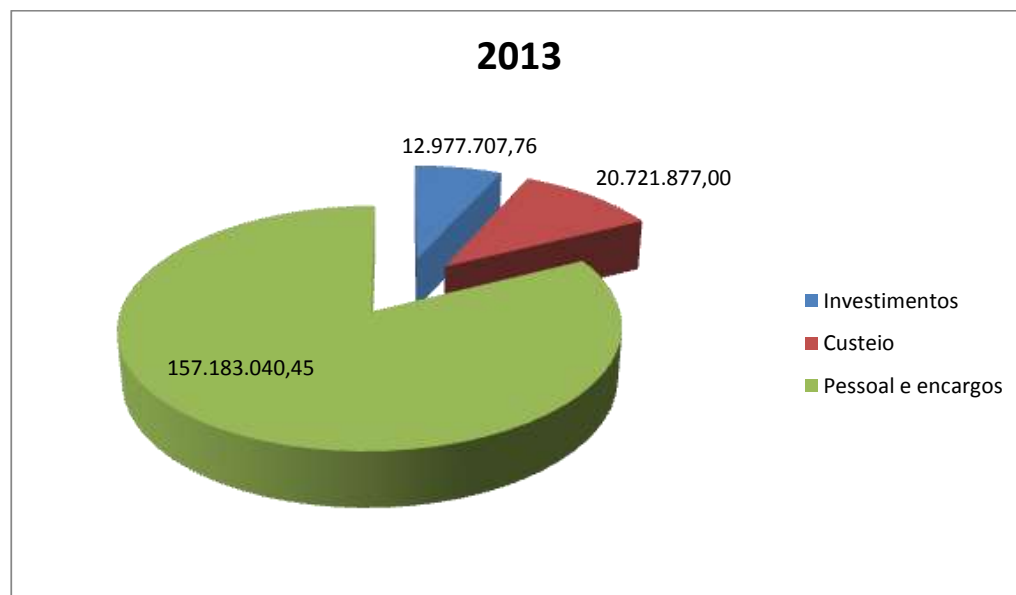




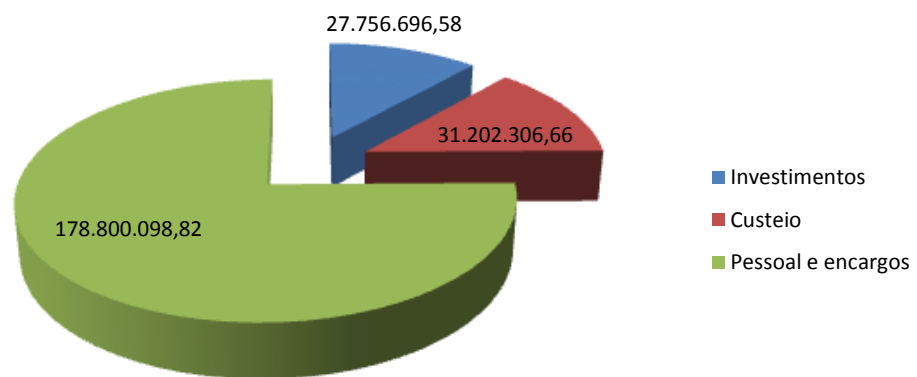
#### d. Execução orçamentária 2013/2014

Observando os dados de 2013 e 2014, verifica-se que o grau de execução do orçamento disponível (executado/atualizado) foi de 93,27% e 90,68% respectivamente. No mesmo sentido, verifica-se também que houve um acréscimo de 18,70% na dotação inicialmente prevista no ano de 2013 e 27,76% no ano de 2014. Esse acréscimo se deu em função de excessos de arrecadação, recursos de convênios e parcerias com o Poder Executivo Estadual.

Vide abaixo a execução por categoria econômica:



**2014**





**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO/2014 a DEZEMBRO/2014**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1,00

| DESPESA COM PESSOAL                                                                           | DESPESAS EXECUTADAS<br>(Últimos 12 Meses) |                                                      |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|------------------------------------------------------|
|                                                                                               | LIQUIDADAS                                | INSCRITAS EM<br>RESTOS A PAGAR<br>NÃO<br>PROCESSADOS |
|                                                                                               | (a)                                       | (b)                                                  |
| <b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>                                                          | <b>176.964.581,01</b>                     | <b>4.291.086,81</b>                                  |
| Pessoal Ativo                                                                                 | 145.161.625,59                            | 4.291.086,81                                         |
| Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)                                         | 1.248.368,23                              | 461.086,81                                           |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)     | -                                         | -                                                    |
| Demais Despesas com Pessoal Ativo                                                             | 143.913.257,36                            | 3.830.000,00                                         |
| Pessoal Inativo e Pensionistas                                                                | 29.347.386,42                             | -                                                    |
| Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)                                         | -                                         | -                                                    |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)     | -                                         | -                                                    |
| Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas                                            | 29.347.386,42                             | -                                                    |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 2.455.569,00                              | -                                                    |
| <b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>                                  | <b>21.598.095,35</b>                      | <b>861.086,81</b>                                    |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária                                  | 2.018.169,76                              | -                                                    |
| Decorrentes de Decisão Judicial                                                               | 1.248.368,23                              | 461.086,81                                           |
| Despesas de Exercícios Anteriores                                                             | 5,83                                      | 100.000,00                                           |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados                                               | 12,75                                     | -                                                    |
| <b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>                                           | <b>155.366.485,66</b>                     | <b>000,00</b>                                        |
| <b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>                                 | <b>155.366.485,66</b>                     | <b>485,66</b>                                        |
| <b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>                                                |                                           |                                                      |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)                                                            |                                           | <b>697,30</b>                                        |
| % do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100                            |                                           | <b>3,72</b>                                          |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6%                                      |                                           | 256.033.841,84                                       |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5,7%                                    |                                           | 243.232.149,75                                       |

FONTE: Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil TJ/AC e Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Estado do Acre

No que tange as despesas com pessoal e os limites estabelecidos na Lei de responsabilidade fiscal, em 2014 o percentual da despesa total com pessoal foi 3,72%, bem abaixo do limite prudencial de 5,7% e também inferior ao registrado na execução orçamentária do ano anterior 3,86%.

Esses resultados demonstram a preocupação da Administração com o aumento das despesas com pessoal, mantendo-as dentro do limite aceitável, sem comprometer a gestão de RH e seus respectivos benefícios. Para tanto, houve a necessidade de se empreender uma busca constante por fontes de recursos de modo a ampliar a capacidade orçamentária do Tribunal e assim

fazer face aos investimentos necessários e a aplicação das políticas de RH em curso.

### **Avaliação do Plano Plurianual – PPA**

O plano estratégico 2010-2014 estabelecem as iniciativas, projetos e metas institucionais a serem perseguidas com intuito de alcançar sua missão de garantir os direitos do jurisdicionado no estado do acre, com justiça, agilidade e ética, promovendo o bem de toda sociedade.

Nesse sentido, a iniciativa elencada no PPA e que abrange todos esses aspectos, bem como as ações estratégicas colocadas em prática em face de esse desafio estão dispostas no quadro a seguir.

#### **1 - INICIATIVAS**

| <b>Iniciativa</b>                                            | <b>Ações / projetos</b>                        | <b>2010</b>                                                                            | <b>2011</b>                        | <b>2012</b>                       | <b>2013</b>                                                                                            | <b>2014</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|--------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Fortalecimento da democratização do acesso à justiça.</b> | Virtualização dos processos judiciais.         | Iniciado o projeto de virtualização dos processos. 12,55 % de processos virtualizados. | 40,74% de processos virtualizados. | 97,02% de processos virtualizados | 100% Processos judiciais virtualizados. Ao todo foram virtualizados 130 mil processos de 1º e 2º graus | 100% Processos judiciais virtualizados.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|                                                              | Ampliação dos serviços do juizado de trânsito. |                                                                                        |                                    |                                   |                                                                                                        | O Acre foi o segundo Estado da Federação a implantar o Projeto Justiça de Trânsito. Em 2013 foi executado o projeto de expansão das atividades, contemplando as Comarcas de Cruzeiro do Sul e Brasília. Para execução das atividades foram adquiridas três vans (moto home) equipadas com instrumentos necessários a realização de perícias, ouvir testemunhas e realizar conciliações. Em 2013, foram realizados 1.577 |

|  |                                                                        |                     |                     |                                                                             |                                                                                                                                                                                                    |                                                                                             |
|--|------------------------------------------------------------------------|---------------------|---------------------|-----------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|
|  |                                                                        |                     |                     |                                                                             |                                                                                                                                                                                                    | atendimentos. Destes, 1.237 com acordo entre as partes e 93 para distribuição nos juizados. |
|  | Reforma administrativa/PCCR.                                           |                     |                     | Execução do projeto de reforma administrativa e PCCR                        | Implantação da reforma administrativa e do PCCR, objeto das LCE nº 257 e 258/2013. Com a reforma a administração do Tribunal sai do modelo funcional e passa para o modelo gerencial por processo. | Implantação da reforma administrativa e do PCCR, objeto das LCE nº 257 e 258/2013.          |
|  | Aperfeiçoar a institucionalização e a divulgação dos Projetos Sociais. | 43.172 atendimentos | 48.359 atendimentos | Executados 06 Programas Sociais, que juntos totalizaram 41.953 atendimentos | Executados 07 (sete) Programas Sociais, que juntos totalizaram 18.908 (dezoito mil, novecentos e oito) pessoas atendidas.                                                                          | 11.760 atendimentos                                                                         |

#### 1 - INDICADORES

| Indicador                                                           | Base 2009 | 2010                          | 2011                           | 2012                           | 2013                        | 2014                           |
|---------------------------------------------------------------------|-----------|-------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|-----------------------------|--------------------------------|
| Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento. (META 16 PE/TJAC) | 55%       | Meta: 55%<br>Resultado: 44,3% | Meta: 50%<br>Resultado: 31,20% | Meta: 45%<br>Resultado: 47,97% | Meta: 40%<br>Resultado: 42% | Meta: 40%<br>Resultado: 43,75% |

Resultado: Observa-se um grande avanço no declínio da Taxa de Congestionamento no último triênio. No ano de 2014 o índice da taxa ficou em 43,75%, embora esse resultado tenha ficado superior a meta, vale ressaltar que muitos esforços foram



realizados para manter a taxa de congestionamento abaixo de 50%. Na série histórica dos últimos três anos o Tribunal de Justiça do Acre foi reconhecido nacionalmente por ser um dos Tribunais com a menor taxa de congestionamento, sendo que em 2013 ocupou o segundo lugar.

| Indicador                                                                        | Base 2009 | 2010                        | 2011                        | 2012                        | 2013                          | 2014                               |
|----------------------------------------------------------------------------------|-----------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-------------------------------|------------------------------------|
| Produtividade do magistrado na fase de conhecimento – 1º grau. (META 21 PE/TJAC) | 810       | Meta: 850<br>Resultado: 824 | Meta: 900<br>Resultado: 988 | Meta: 967<br>Resultado: 957 | Meta: 1083<br>Resultado: 1032 | Meta: 1.161<br>Resultado: 1.124,45 |

Resultado: Observa-se que no período, apesar de um significativo crescimento ano a ano, o desempenho desse indicador não alcançou a meta estabelecida. Esse indicador foi construído, a época, com valores referenciais de forma aproximada vez que, não existia parâmetro confiável para mensuração da meta. A própria metodologia adotada pelo CNJ (Justiça em Números) não fazia distinção entre Processos de Conhecimento e processos de execução.

| Indicador                                                    | Base 2009 | 2010                            | 2011                            | 2012                            | 2013                          | 2014                            |
|--------------------------------------------------------------|-----------|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|-------------------------------|---------------------------------|
| Índice de atendimento à demanda (1º grau). (META 12 PE/TJAC) | 95,8%     | Meta: 110%<br>Resultado: 113,3% | Meta: 110%<br>Resultado: 144,4% | Meta: 110%<br>Resultado: 102,2% | Meta: 110%<br>Resultado: 112% | Meta: 110%<br>Resultado: 116,3% |

Resultado: Observa-se que no último triênio, de acordo com os critérios do [Relatório](#) Justiça em Números, a quantidade de processos baixados superou em todos os anos a quantidade de casos novos, possibilitando a redução do estoque processual existentes nas unidades judiciárias do estado do Acre. No entanto, em 2012, mesmo sendo um ano superavitário em matéria de baixa processual, o desempenho neste indicador não atingiu a meta anual estipulada de 110%.



## INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

Neste tema foram elencadas as iniciativas que visam proporcionar as ferramentas e instrumentos, métodos e um ambiente de trabalho propício para o desenvolvimento das atividades e atendimento ao cidadão.

### Ações:

- ✓ **Prospectar sistemas para área administrativa;**
- ✓ **Cidade da Justiça de Rio Branco;**
- ✓ **Reforma e construção de novos Fóruns;**
- ✓ **Plano de investimento (segurança e tecnologia)**

### Ações ocorridas em 2013

- **Virtualização do 2º Grau e Turmas Recursais**

O projeto de virtualização dos processos judiciais, inicialmente projetado para alcançar apenas o 1º grau de jurisdição, foi ampliado para englobar os processos do 2º grau.

O processo de virtualização previu a realização das atividades de configuração dos Fluxos virtuais de todas as unidades de 2º Grau

do SAJ/SG, Treinamento de pessoal, implantação do SAJ/SG virtual, escaneamento dos processos, acompanhamento em produção do procedimento cartorário.

A virtualização total dos Processos de 2º grau inclui as seguintes áreas/unidades: Turmas Recursais, Câmaras Cíveis, Câmara Criminal, Gabinetes dos Desembargadores, Vice-Presidência e Diretoria Judiciária.

- **Integrar Diário Eletrônico ao SAJ e Instalar o Site Backup e ampliar parque de Storages.**

A integração permite a publicação de todo Material do SAJ/PG e SAJ/SG, bem da Administração do Poder Judiciário, integrada ao Diário da Justiça Eletrônico - DJE.

O processo licitatório encontra-se em andamento e custará ao TJAC à importância aproximada de 565.000,00 (quinhentos e sessenta e cinco mil reais), cujos recursos, oriundos de convênio junto ao Ministério da Justiça estão disponíveis para uso.

- **Cidade da Justiça em Rio Branco.**

O projeto Cidade da Justiça de Rio Branco atende as prerrogativas dos objetivos estratégicos de “Garantir às unidades do judiciário, infraestrutura física, melhores condições de trabalho, segurança, integração funcional e tecnologia apropriada” bem como o de “Assegurar ao cidadão acesso à justiça”.

Além disso, está em conformidade com o que determina a Resolução nº 114, de 20 de abril de 2010 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre “O planejamento, a execução e o monitoramento de obras no poder judiciário”, em especial a:

- A política estratégica do tribunal de substituição do uso de imóveis locados ou cedidos por próprios, com ênfase na adequação à prestação jurisdicional; e
- A política estratégica do tribunal de concentração ou dispersão de sua estrutura física;
- O Conjunto Arquitetônico da Cidade da Justiça de Rio Branco será construído em uma área de 60.018 m², localizada à Avenida Paulo de Lemos Moura Leite, Portal da Amazônia, Rio Branco-AC, atenderá a quatro objetivos centrais:
- Aumentar a eficiência dos serviços prestados a Sociedade;

- Melhorar as condições de trabalho dos magistrados, servidores e demais colaboradores;
- Gerar economia. Estimativas de mais de 1 milhão ao ano, somente com a eliminação dos gastos com locação de 13 imóveis;
- Servir como um indutor para o desenvolvimento da região que compreende o novo centro administrativo de Rio Branco.

### **Etapas de implantação do Projeto Cidade da Justiça**

O projeto Cidade da Justiça será implantado gradativamente, e acomodará todas as Unidades Judiciárias, administrativas afins e de programas sociais, num conjunto arquitetônico especialmente projetado para proporcionar facilidade de acesso, agilidade, comodidade, segurança institucional e pessoal, economia e integração funcional.

#### **1ª Etapa: Fórum Criminal**

O lançamento da pedra fundamental da obra do ocorreu em 8 de março de 2012, sendo a construção do primeiro bloco destinado ao Fórum Criminal.

Orçado em R\$ 17.296.913,82 milhões, o bloco possuirá 5.070m<sup>2</sup> de área construída. Composto de quatro pavimentos aloca cerca de 150 funcionários públicos, entre servidores e magistrados.

Esse primeiro bloco, composto por subsolo, térreo, e primeiro, segundo e terceiro pavimentos. Com uma área de 1.076 m<sup>2</sup>, o subsolo abrigará as áreas técnicas, incluindo a que se destina aos jurados.

Também comportará uma garagem com 18 vagas para magistrados, celas para presos (seis masculinas e duas femininas), além de elevador para os detentos, a fim de evitar contato com o público e assegurar maior segurança.

O térreo terá 1.116 m<sup>2</sup> e compreenderá a recepção, dois Tribunais do Júri e um gabinete. Já as salas de audiências destinadas às conciliações e testemunhas estão localizadas no 1º pavimento.





Projeto Cidade da Justiça de Rio Branco



## **Ações ocorridas em 2014**

### **Cidade da Justiça: Inauguração do Fórum Criminal**

O novo Fórum Criminal da Comarca de Rio Branco é o primeiro bloco da Cidade da Justiça. Ao todo, no prédio funcionarão 12 unidades criminais da Capital. O prédio possui um ambiente amplo, funcional e com melhor acessibilidade, o que possibilitará uma prestação jurisdicional mais adequada e eficiente aos cidadãos acreanos.

Inaugurado em 12 de dezembro de 2014, o novo Fórum Criminal representa a materialização de um dos projetos estratégicos mais arrojados e, somente viabilizado pelas parcerias institucionais com o executivo estadual e municipal.

O Fórum Criminal sinaliza o fim da primeira etapa da Cidade da Justiça de Rio Branco, e simboliza a partir de agora o endereço da cidadania, onde as pessoas virão para resolver seus conflitos em um espaço amplo, moderno, acolhedor e seguro.

O desembargador-presidente no momento da inauguração assinalou que o novo Fórum significa o fortalecimento e engrandecimento do Poder Judiciário do Acre, o qual presta serviços públicos de qualidade aos cidadãos, algo já reconhecido até nacionalmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



**Inauguração do 1º bloco da Cidade da Justiça de Rio Branco**



**Inauguração do 1º bloco da Cidade da Justiça de Rio Branco**







## **Cidade da Justiça: Início do Fórum dos Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública.**

### **Investimentos e estrutura**

Serão investidos na construção do novo Fórum dos Juizados Especiais aproximadamente R\$ 21 milhões, com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), do Governo do Acre e do próprio Tribunal.

O prédio será erguido com o mesmo conceito arquitetônico do Fórum Criminal, primeiro bloco da Cidade da Justiça, que já está em sua etapa final.

Ao todo, serão seis pavimentos, organizados em uma área total de sete mil metros quadrados, e que vai receber todos os Juizados Cíveis e de Fazenda Pública, de Trânsito, além das Turmas Recursais.

A iniciativa representa mais um importante passo na consolidação de um dos maiores projetos da história da instituição.

Ao destinar o segundo bloco do complexo ao Sistema dos Juizados, a administração do TJAC prioriza os cidadãos, já que essas unidades recebem pelo menos cinquenta por cento dos processos que ingressam no Judiciário Estadual.



**Assinatura da ordem de serviço do 2º bloco da Cidade da Justiça de Rio Branco**





**Obras do 2º bloco da Cidade da Justiça de Rio Branco**



## Reformas

### Centro Cultural

Em 29 de janeiro de 2015, foi entregue oficialmente as obras de revitalização do Centro Cultural do Palácio da Justiça. A solenidade conduzida pelo desembargador-presidente Roberto Barros contou com a presença do governador em exercício e presidente da Assembleia Legislativa, deputado Elson Santiago, do presidente da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), juiz de Direito Nonato Maia, do procurador geral de Justiça do Ministério Público do Acre, Oswaldo D'Albuquerque, e do procurador geral do município, Pascal Khalil.

Símbolo do Poder Judiciário Estadual, o Palácio da Justiça foi inaugurado em 30 de março de 1957 e funcionou como primeira sede do Tribunal Acreano até janeiro de 2002, quando foi tombado como Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Acre (Decreto Governamental nº6.289, de 10.10.2002).

O prédio histórico do Palácio da Justiça dispõe de sala de exposições, destinada a receber mostras temáticas; plenário com 115 lugares para realização de sessões e eventos diversos; biblioteca com acervo de 12 mil títulos de especialidade jurídica; Museu Histórico do Poder Judiciário Acreano; jardim interno; praça externa; e cafeteria, que serve como ponto de encontro aos visitantes do Palácio.

Atualmente, os visitantes podem conhecer no local um pouco da história da Justiça do Estado do Acre através de uma visita ao Museu Histórico do Poder Judiciário, onde estão expostos documentos, objetos, móveis e até mesmo as vestimentas utilizadas pelos magistrados ou mesmo ler um bom livro na Biblioteca Jurídica Dr. Alberto Zaire, que dispõe de mais de 12 mil títulos.



**Revitalização do Centro Cultural do palácio da Justiça de Rio Branco**





Revitalização do Centro Cultural do palácio da Justiça de Rio Branco

### **Fórum Barão do Rio Branco**

A reforma do prédio do Fórum Barão do Rio Branco faz parte do conjunto de obras priorizadas pela gestão do Des. Roberto Barros para aperfeiçoar as condições de trabalho de seus magistrados e servidores, bem como oferecer aos cidadãos uma prestação jurisdicional cada vez mais qualificada.

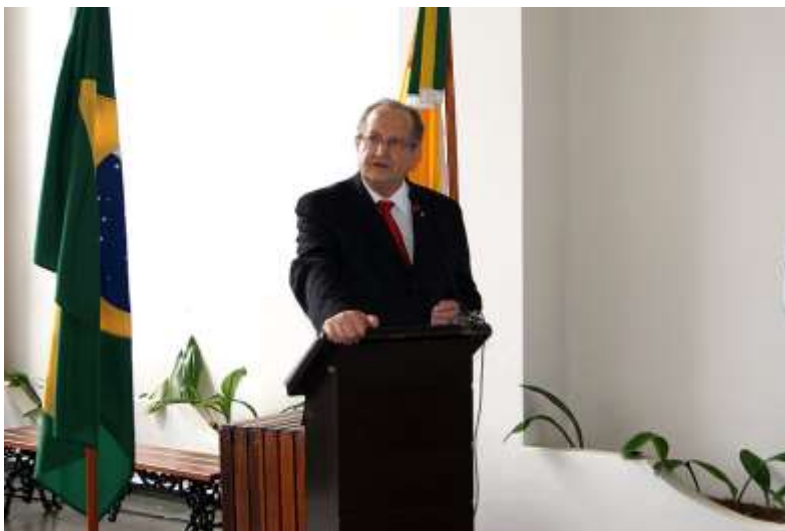
O Fórum é o maior do Estado e abriga quatro Varas Cíveis, três Varas de Família, Vara de Delitos de Tóxicos e Acidentes de Trânsito, Vara de Órfãos e Sucessões, Vara de Registros Públicos, duas Varas do Tribunal do Júri, duas Varas da Fazenda Pública; Sala da OAB, a Associação dos Magistrados do Acre (ASMAC), Cartório Distribuidor, Diretoria do Foro, Parque Gráfico, Espaço Cultural, Contadoria, Central de Mandados e a Praça do Cidadão.

Boa parte dessas unidades judiciárias foi ampliada ou reformada, bem como foi criada a 2ª Vara do Tribunal do Júri, instalada no final do ano de 2010, e que funciona em modernas instalações. O Fórum também apresenta, a partir de agora, uma nova comunicação visual, cujos layouts concorrem para melhor identificação dos serviços, acomodação dos servidores e atendimento ao público.

A obra foi iniciada no ano de 2013 e é fruto do investimento de mais de R\$ 1 milhão.



**Reforma do Fórum Barão do Rio Branco**



**Reforma do Fórum Barão do Rio Branco**

## Prédio-Sede

A cerimônia de entrega da reforma do Prédio-Sede da instituição ocorreu em 06 de fevereiro de 2015. Dentre as intervenções realizadas durante a obra, foi feita a revitalização da pintura, ampliação do almoxarifado com uma unidade auxiliar, a identidade visual interna e externa do prédio, a reforma da guarita, a ordem de serviço para a cobertura do estacionamento e o solário localizado entre os blocos dos gabinetes dos desembargadores.

Durante a cerimônia de entrega o desembargador-presidente fez uma retrospectiva sobre as obras, reformas e manutenções prediais realizadas nos últimos dois anos: o Palácio da Justiça, o Fórum Barão do Rio Branco, as manutenções prediais realizadas, a Cidade da Justiça, com a entrega do Fórum Criminal, o avanço da urbanização, o início do Fórum dos Juizados e a parte de muros e da guarita.



Reforma do Prédio Sede do Tribunal de Justiça



### Renovação do parque tecnológico: entrega novos computadores

O Tribunal de Justiça continua o investimento em tecnologia com a entrega de novos computadores nas unidades da Capital e interior. A renovação do parque tecnológico se dá com recursos próprios do TJAC e por meio de parceria com o Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Nos últimos três anos, o CNJ investiu R\$ 106 milhões em tecnologia da informação em diversos tribunais do País, sendo que a maior parte desses recursos foram destinados aos tribunais estaduais.

Nesta parceria com o TJAC, houve doação de computadores desktops (636 unidades), no-breaks e aceleradores wan, utilizados para aumentar a velocidade da internet. A distribuição desses equipamentos seguiu as orientações contidas na política de valorização do 1º grau de jurisdição.



Entrega de novos computadores



Foram substituídos computadores nas Comarcas de Rio Branco, Acrelândia, Plácido de Castro, Xapuri, Brasiléia, Etipaciolândia, Senador Guimard, Capixaba, Sena Madureira, Feijó, Tarauacá, Manoel Urbano, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul.





**Entrega de novos computadores**

#### **Outras ações na área de tecnologia.**

- Acordo de cooperação entre o TJAC e TJPE e TJRN para doação dos Sistemas Chronos (Sistema de Concessão de Férias de Magistrados de Primeiro Grau) e SICASE (Sistema Controle de Custas Extrajudicial);
- Reconfiguração dos Sistemas Administrativos para o novo padrão da Reestruturação Organizacional do TJAC;
- Disponibilização do Sistema Juiz Leigo / Conciliador com gerador de boleto web;
- Disponibilização do Sistema Web para pedido de auxílio saúde;
- Disponibilização do Sistema de Certidão de Fins Eleitoral no portal e-SAJ;
- Disponibilização do Sistema de Citação/Intimação on-line no portal e-SAJ;
- Implantação, treinamento e configuração do módulo de citação/intimação eletrônica pelo Portal e-SAJ;
- Reestruturação do portal Internet do TJAC para Wordpress;
- Implantado 2ª Etapa de Integração Eletrônica entre o SAJ/PG5 e SAJ/SG5;
- Implantação do o módulo de medidas urgentes no SAJ/SG5;
- Desenvolvimento do o Sistema de Controle de Visitantes;
- Desenvolvimento do o Sistema de Envio de Precatório para o CNJ;
- Em homologação o Novo Diário da Justiça;
- Instalação do sistema intima-fone em todas as comarcas;
- Instalação do sistema e-selo em todas as serventias do Estado;
- Instalação do Sistema SAGER no Arquivo Geral na Comarca de Cruzeiro do Sul;
- Desenvolvimento do Sistema de Controle de Concursos – Inscrições.
- Homologação do Sistema de Produtividade de Juiz Leigo e Conciliador;

- Desenvolvimento do Sistema de Atos Normativos
- Aquisição da expansão da STORAGE HITACHI
- Acordo de cooperação entre o TJAC e TJPA para doação do Sistema AUDI (Sistema de Auditoria Interna).
- Instalação, treinamento e configuração do modulo de Voto Antecipado no 2º Grau.
- Aquisição de 16 Estações gráficas de trabalho.
- Aquisição de 80 notebooks.
- Aquisição de 100 estações de trabalho, desktop, para modernização do 2º Grau e Área Administrativa.

## **GESTÃO DE PESSOAS**

O tema gestão de pessoas tem por objetivo o desenvolvimento de ações que visem elevar o nível de comprometimento, motivação e identidade dos magistrados e servidores, bem como potencializar a capacitação necessária para completa prestação de serviços no nível desejado pela sociedade.

### **Processos seletivos**

#### **Ações em 2013**

Para a realização dos processos seletivos no ano de 2013, o TJAC contou com um conjunto de recursos (humanos e materiais) próprios, bem como com a parceria com diversas instituições, garantindo a título de cortesia as instalações dos prédios do IFAC, UNOPAR, Escola Veiga Cabral, Secretaria Municipal de Educação (Auditório), Escola Belarmino de Mendonça e UFAC.

A colaboração de 236 servidores foi imprescindível para a consecução dos trabalhos, garantindo a qualidade e economia necessária para os eventos.

---

Processos seletivos realizados

---

|                                           |           |
|-------------------------------------------|-----------|
| Total de Processos Seletivos Realizados:  | 11        |
| Total de Juízes Leigos Aprovados:         | 20        |
| Total de Conciliadores Aprovados:         | 64        |
| Total de Estagiários Aprovados:           | 566       |
| Total de Assistentes Sociais Aprovados:   | 27        |
| Total de Advogados Aprovados:             | 08        |
| Total de Psicólogos Aprovados:            | 08        |
| Total de Agentes Comunitários Aprovados:  | 19        |
| Total Geral de Aprovados:                 | 712       |
| Total de Juízes Leigos Convocados:        | 17        |
| Total de Conciliadores Convocados:        | 06        |
| Total de Estagiários Convocados:          | 04        |
| Total de Assistentes Sociais Convocados:  | 0         |
| Total de Advogados Convocados:            | 0         |
| Total de Psicólogos Convocados:           | 0         |
| Total de Agentes Comunitários Convocados: | 0         |
| <b>Total Geral de Convocados:</b>         | <b>27</b> |



### Ações em 2014

Para a realização dos processos seletivos foram requeridos, a título de cortesia, os prédios do Centro Estadual de Educação Permanente no município de Acrelândia, Escola de Ensino Fundamental Edmundo Pinto no município de Bujari, Centro Estadual de Educação Permanente – CEDUP no município de Tarauacá, Escola Estadual de Ensino Fundamental Anthero Soares Bezerra no município de Xapuri, Escola Franklin Roosevelt no município de Plácido de Castro e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC.

O processo de seleção contou com o apoio do Setor de Transportes e ainda de 71 (setenta e um) servidores deste Poder Judiciário.

|                                                     |                   |
|-----------------------------------------------------|-------------------|
| <b>Processos seletivos realizados</b>               |                   |
| <b>Total de Processos Seletivos Realizados</b>      | <b>7</b>          |
| Total de juízes leigos aprovados:                   | 21                |
| Total de conciliadores aprovados:                   | 100               |
| <b>Total de estagiários aprovados:</b>              | <b>120</b>        |
| <br><b><u>Justiça Restaurativa</u></b>              |                   |
| Total de Bel. em Direito aprovados:                 | 3                 |
| Totais estagiários na área de direito aprovados:    | 22                |
| <b><u>Total Geral de Aprovados:</u></b>             | <b>266</b>        |
| <br>                                                |                   |
| Total juízes leigos convocados concurso 2014:       | 0                 |
| Total de juízes leigos atuando:                     | 23                |
| Total conciliadores convocados concurso 2014:       | 0                 |
| Total de conciliadores atuando:                     | 36                |
| Total de estagiários convocados:                    | 418               |
| Total de estagiários atuando:                       | 231               |
| Total de Bel. em Direito convocados:                | 1                 |
| Total estagiários na área de direito convocados:    | 1                 |
| <b><u>Total Geral de colaboradores atuando:</u></b> | <b><u>710</u></b> |



**Formação de estagiários**

## **Concursos**

No que tange à contratação de servidores, o Tribunal de Justiça do Acre convocou 162 novos servidores de níveis médio e superior aprovados nos últimos dois concursos realizados pela instituição (2010 e 2012) para provimento de cargos do quadro pessoal efetivo do Poder Judiciário do Estado.

Foram convocados os aprovados nos certames de 2010 e 2012 para os seguintes cargos de níveis médio e superior: técnico judiciário (auxiliar judiciário, motorista e técnico em microinformática), assistente social, contador, economista, psicólogo, técnico em administração, analista de suporte e analista na área de Direito.

A convocação dos novos servidores vai ao encontro da Política de Fortalecimento do 1º Grau de Jurisdição, estabelecida em

janeiro deste ano.

Considerado a porta de entrada da Justiça, onde tramita a maior parte dos processos do acervo do Judiciário Acreano, o 1º grau de jurisdição foi escolhido como prioridade pela atual gestão do TJAC.

O objetivo principal é oferecer aos cidadãos um julgamento mais rápido e eficiente dos seus conflitos judiciais.



Cerimônia de posse de novos servidores



### **Estágio Probatório: Avaliação de desempenho**

A avaliação de desempenho no estágio probatório, previsto na Lei 258/2013, é um mecanismo que busca conhecer e medir o desempenho dos servidores na organização, estabelecendo uma comparação entre o desempenho esperado e o apresentado por esses servidores. O processo é realizado, semestralmente por um supervisor, em relação a um subordinado, e que é projetado para ajudar os **mesmos** a entender suas funções, seus objetivos, suas expectativas e o sucesso de seu desempenho. Além disso, fornece à gestão de recursos humanos informações para tomadas de decisões acerca de treinamento e planejamento de carreira, proporcionando o crescimento e o desenvolvimento da pessoa avaliada.

- Edital nº 01/2011 - Conclusão da Avaliação Especial de Desempenho de 17 (dezessete) servidores em Estágio Probatório
- Edital nº 02/2011 - Conclusão da Avaliação Especial de Desempenho de 94 (noventa quatro) servidores em Estágio Probatório.
- Edital nº 03/2011 - Conclusão da Avaliação Especial de Desempenho de 64 (sessenta e quatro) servidores em Estágio Probatório.
- Edital nº 04/2011 - Conclusão da Avaliação Especial de Desempenho de 34 (trinta e quatro) servidores em Estágio Probatório.

Total de avaliação de desempenho realizadas: 209

### **Plano de Cargos e Carreiras e Remuneração do Poder Judiciário Acreano, objeto da Lei Complementar nº 258/2012.**

#### **Ações em 2013**

Após publicação da Lei que instituiu o PCCR foram realizadas as seguintes atividades: Fevereiro: estudo realizado para diagnosticar o vínculo do servidor com TJ-AC e o tempo de serviço para efeito de enquadramento na curva da maturidade; elaboração da Tabela Salarial com os aumentos progressivos dos servidores, com separação por cargo, classe e nível até setembro/2015. Março: Aplicação da Tabela Salarial no sistema da Folha de Pagamento e reenquadramento dos servidores com aplicação da 1ª parcela de aumento e implementação das normas de eficácia imediata; Agosto: Publicação do Ato nº 004/2013 de enquadramento dos servidores e alimentação nos sistemas de RH e Folha; Setembro: Pagamento da 2ª parcela do PCCR, com atualização do sistema da Folha e RH; Outubro: Resolução nº 04/2013- COJUS, regulamentando os Adicionais de Especializações.

Como resultado das atividades desenvolvidas no ano de 2013, tem-se o seguinte quadro:

- Enquadramento dos servidores;
- Aplicação 35% de reajuste do PCCR (20% em março/2013 e 15% setembro/2013);
- Criação do evento nº 549 - VPNI transitória DIF REM para o cargo de Agente de Segurança e Oficial de Justiça, reestabelecendo a remuneração anterior ao PCCR;
- Criação do evento nº 568 - VPNI - transitória (ART. 47 A - LCE Nº 258/2013) destinada aos servidores efetivos ocupantes de cargos em comissão que sofreram decréscimo remuneratório com a nova estrutura;
- Implementação da Resolução nº 03/2013, opção em receber 25% do cargo em comissão em que se encontra investido;
- Inclusão em folha dos Adicionais de Especializações: Capacitação, Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado - Regulamentado pela Resolução nº 04/2013- COJUS.

## Ações em 2014

### Auxílio Saúde

Lei Complementar nº 286 alterou a Lei Complementar nº 258, de 29 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) dos servidores do Poder Judiciário Estadual. Com a alteração, o auxílio saúde foi regulamentado, sendo o valor do benefício alterado de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para R\$ 200,00 (duzentos reais). Antes da Lei, o benefício era compensativo, pois era estendido apenas para servidores que possuíam plano de saúde. Agora, o benefício abrange todos os servidores, indistintamente.

Com a alteração o investimento em saúde passou de R\$ 28.450 mil para 306.400 mil por mês, resultando em um percentual de aumento de 415,73%.



### **Gratificação por alcance de Resultados – GAR.**

A GAR tem por finalidade fortalecer o comprometimento do servidor com o Poder Judiciário do Estado do Acre, no sentido de estimulá-lo a participar do processo que visa ao alcance das metas estratégicas estabelecidas para o Poder.

Uma vez implementada como estava no texto original do PCCR, o pagamento da gratificação ocorreria apenas na gestão posterior a sua e que seria destinada, conforme os termos da Lei, apenas aos servidores efetivos.

Com o esforço da atual gestão e anuência dos membros que integram a administração e do Tribunal Pleno Administrativo, o benefício passará a contemplar todos os servidores (inclusive comissionados e à disposição).

Assim, no ano de 2014 a avaliação contemplou o período de seis meses (julho a dezembro) e o pagamento aconteceu em uma única parcela, em janeiro de 2015.

No ano de 2014, a GAR deve equivaler mensalmente ao valor de 10% sobre o vencimento base, podendo chegar, portanto, a 60%, já que foram seis meses de avaliação.

A ação considerou também o fato de que esse período coincide com a conclusão do 1º ciclo do Planejamento Estratégico do Tribunal (2010-2014) e a elaboração de um novo Planejamento Estratégico, que valerá para os próximos cinco anos da instituição (2015-2019).

A concessão da GAR compreende três etapas: regulamentação, execução/apuração e o pagamento. Na fase de regulamentação o Conselho da Justiça Estadual (COJUS), por meio de resolução, estabelece o valor a ser incluído no orçamento para pagamento da GAR, com base na disponibilidade financeira do Tribunal de Justiça bem como os indicadores de desempenho das Unidades.

A GAR é baseada na avaliação dos resultados alcançados pelo Poder Judiciário, a partir da consecução dos seus objetivos estratégicos e do alcance das metas das unidades administrativas ou judiciárias em que o servidor atue.





**Ato de assinatura da Lei Complementar e comunicação oficial aos gestores.**

### **Programa Sistemático de Capacitação do Capital Social, com ênfase nos cursos de pós-graduação.**

○ plano estratégico de capacitação do Poder Judiciário foi concebido e implementado em conformidade com a Lei Complementar nº 257 de 29 de janeiro de 2013.

O Plano Estratégico de Capacitação do Poder Judiciário do Estado do Acre, desenhado para o biênio 2013/2015, foi pautado pelas diretrizes gerais e atos normativos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pelas orientações da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) e pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário (CEAJUD), cabendo sua execução a Escola do Poder Judiciária (ESJUD).

Assim, visando potencializar as ações formativas, a ESJUD empreendeu atuação conjunta e articulada com outros órgãos públicos e escolas judiciais para otimizar a utilização dos recursos e possibilitar o seu compartilhamento, bem como conferir celeridade ao cumprimento das metas estabelecidas para o exercício.

Além disso, promoveu, também, atividades de extensão na comunidade escolar, buscando a inclusão de aspectos humanos na educação das crianças focados na difusão da cidadania.

O planejamento das ações para o exercício 2013/2014 exigiu o alinhamento das necessidades de capacitação apontadas pelas unidades judiciárias e administrativas com os objetivos estratégicos do Tribunal de Justiça, resultando em quatro modalidades de ensino: formação inicial, formação oficial (sexta etapa do concurso para o ingresso na carreira da magistratura), formação continuada e formação de formadores com vistas à excelência técnica imposta pela nova ordem jurídica.

As ações de Formação Inicial cresceram quantitativa e qualitativamente, nas várias edições realizadas no Biênio 2013/2015. As ações foram desenvolvidas nas modalidades presenciais e à distância, com o objetivo do desenvolvimento das competências necessárias para o desempenho imediato dos magistrados, servidores, colaboradores e estagiários.

No tocante as ações de Formação Continuada as mesmas também foram aprimoradas. Os cursos são promovidos na modalidade presencial e à distância, inclusive mediante convênios/parcerias, dirigidos a todos os Magistrados em exercício, de qualquer grau de jurisdição e servidores. Na modalidade presencial, merecem destaque a inédita promoção de diversos cursos, tais como: Atualização do Direito Eleitoral em parceria com a Escola Judicial Eleitoral do Acre; Mídia e o Judiciário; Hermenêutica Constitucional de Excepcional densidade teórico-prática em parceria com o Centro de Estudos Jurídicos do MP do Acre - CEJUR/PGE.

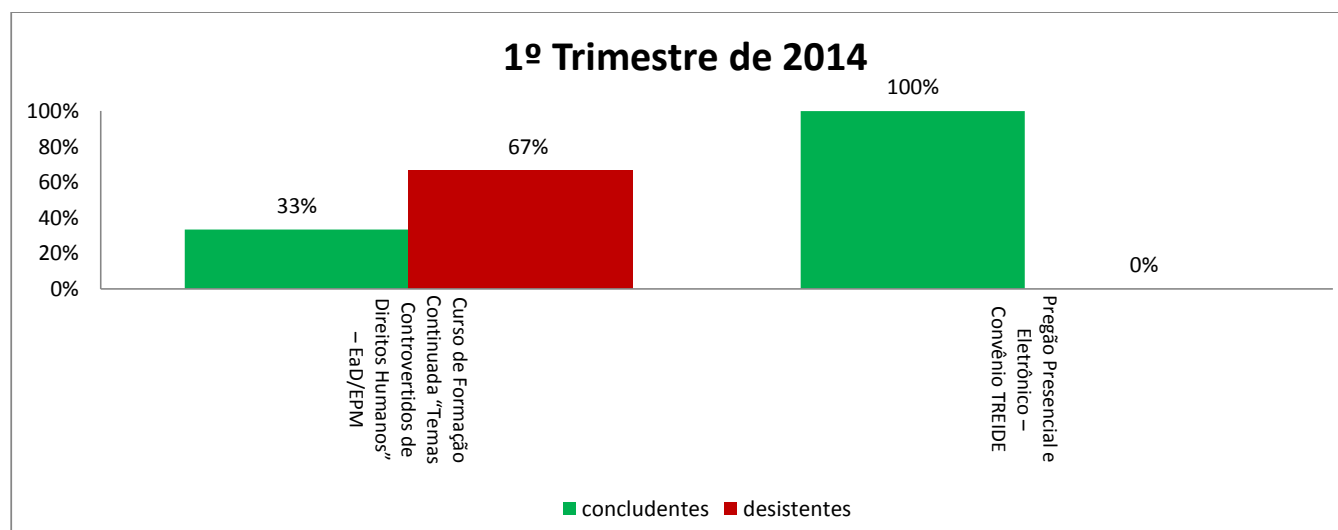
Por fim, as ações de Formação de Formadores, no exercício de 2014, tiveram uma dinâmica compartilhada, com foco no processo ensino aprendizagem, desenvolvida com magistrados e servidores que atuam como facilitadores de ensino, visando à reformulação de atividades inerentes as práticas judicantes dos servidores, como as oficinas nas áreas cíveis e criminais.

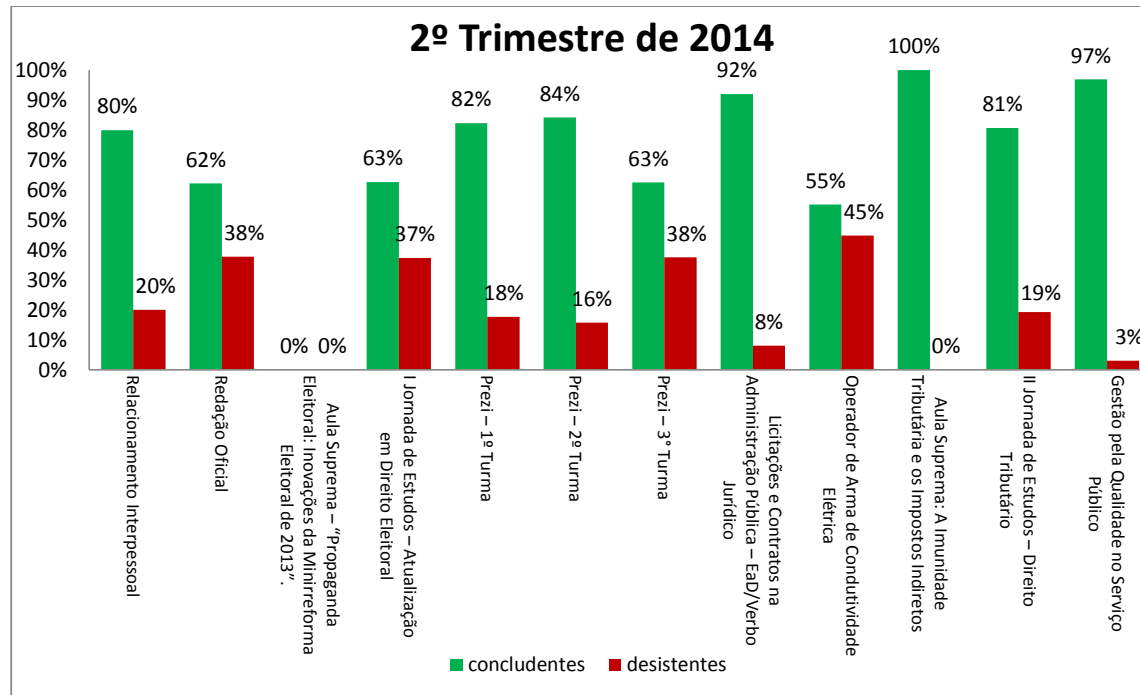
A tabela abaixo apresenta os dados oficiais quantitativos das ações formativas (cursos, atividades de multiplicação e oficinas), realizadas no período de 2013 a 2014.

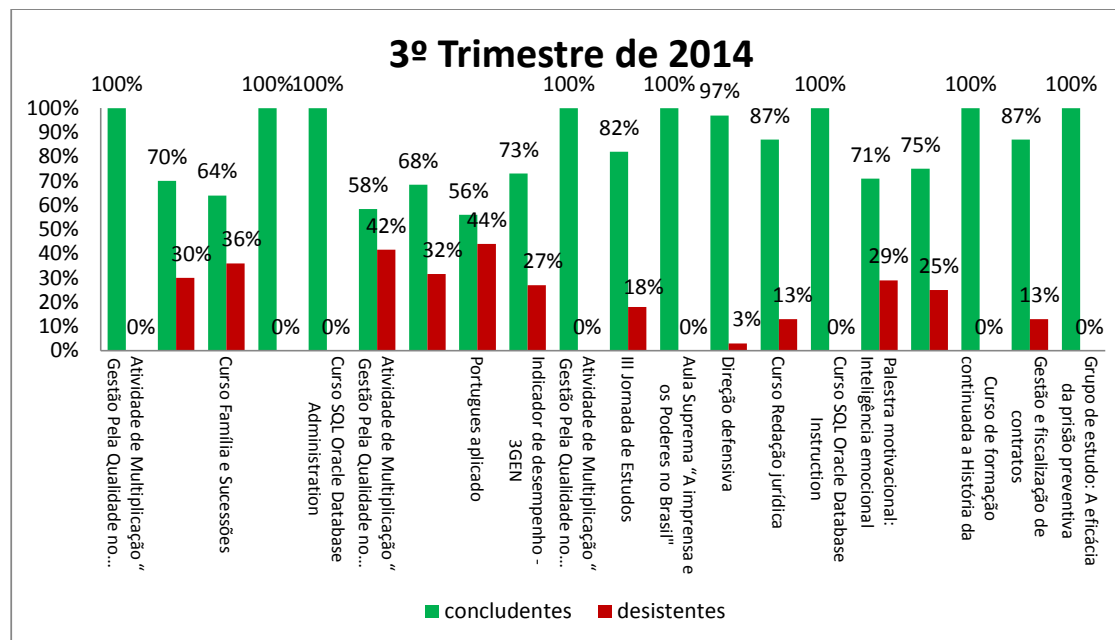
| BIÊNIO 2013/2015                             |      |     |     |                 |              |
|----------------------------------------------|------|-----|-----|-----------------|--------------|
| RESULTADO DAS AÇÕES POR MODALIDADE DE ENSINO |      |     |     |                 |              |
| MODALIDADE DA AÇÃO                           |      | QTD | C/H | Nº DE INSCRITOS | CONCLUDENTES |
| FORMAÇÃO OFICIAL                             | 2013 | 1   | 524 | 11              | 11           |
|                                              | 2014 | 2   | 20  | 11              | 9            |
| FORMAÇÃO INICIAL                             | 2013 | 2   | 16  | 81              | 71           |
|                                              | 2014 | 9   | 178 | 355             | 330          |

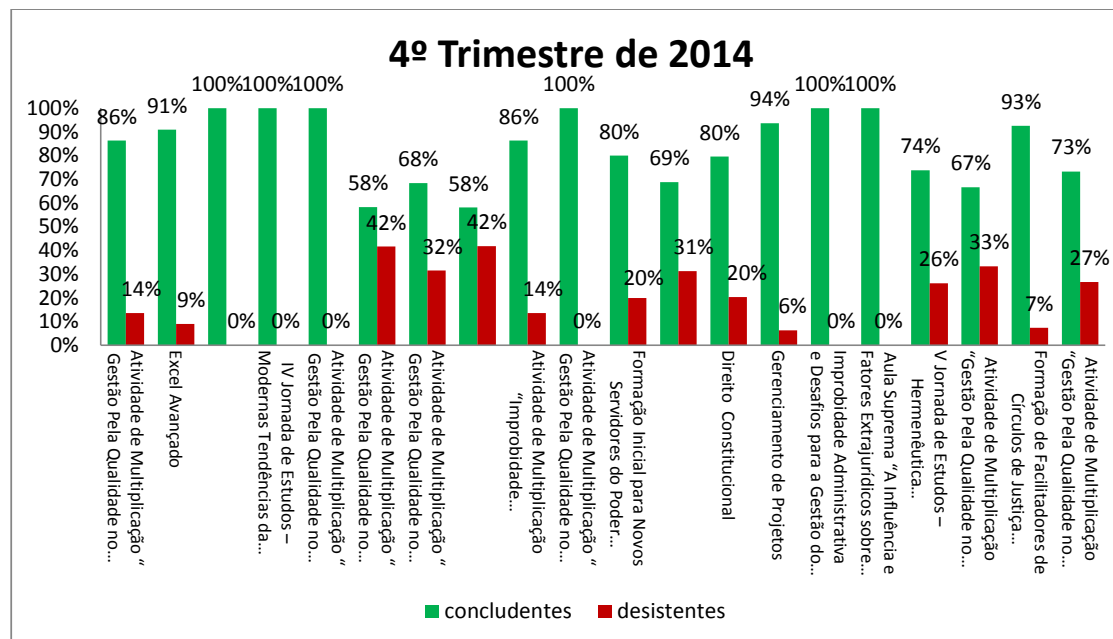


|                        |      |     |       |       |       |
|------------------------|------|-----|-------|-------|-------|
|                        |      |     |       |       |       |
| FORMAÇÃO CONTINUADA    | 2013 | 42  | 538   | 1652  | 1080  |
|                        | 2014 | 54  | 826   | 1794  | 1501  |
| FORMAÇÃO DE FORMADORES | 2013 | 3   | 48    | 115   | 55    |
|                        | 2014 | 2   | 23    | 29    | 29    |
| TOTAL GERAL            |      | 113 | 2.191 | 4.048 | 3.077 |









### Avaliação de reação

Nas avaliações de reação, com o intuito de mensurar o desempenho estrutural e pedagógico dos cursos realizados (formação continuada), foram atribuídos para cada item de verificação: coordenação, curso e facilitador, os conceitos referenciais: ótimo, bom, regular e insuficiente.

Os conceitos referenciais utilizados encontram-se estratificados em critérios percentuais, que facilitam e auxiliam na mensuração dos resultados avaliativos para definição do DESEMPENHO dos cursos, a saber:

- ótimo, para percentuais iguais ou superiores a 80%;
- bom, para percentuais iguais ou superiores a 60% e inferiores a 80%; e
- regular, para percentuais iguais a 50% e inferiores a 60%.
- Insuficiente, para percentuais inferiores a 50%.

Nas avaliações realizadas no último trimestre de 2014, com o propósito de produzir informações sistemáticas que viabilizem a aferição do nível de eficácia dos treinamentos oferecidos, foram considerados os seguintes questionamentos:

- “em meu trabalho, utilizo com frequência o que aprendi no curso”;
- “há motivação e a capacidade de executar as minhas atribuições no ambiente de trabalho”;
- “quanto à autonomia e suporte da chefia imediata, no ambiente de trabalho, para empregar e desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes”;
- “o clima organizacional (relações interpessoais) da minha unidade proporciona a cultura da aplicação dos novos conhecimentos, habilidade e atitudes”;

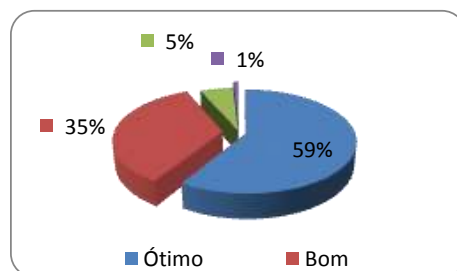
Os resultados da avaliação de impacto e resultados foram os seguintes:

| Nº | Itens                         | Ótimo     | Bom       | Regular  | Insuficiente |
|----|-------------------------------|-----------|-----------|----------|--------------|
| 1  | Utilizo o que aprendi         | 10        | 12        | 2        | 1            |
| 2  | Motivação                     | 9         | 14        | 0        | 2            |
| 3  | Autonomia e suporte da chefia | 14        | 11        | 1        | 1            |
| 4  | Clima organizacional          | 14        | 9         | 2        | 1            |
|    | <b>Total</b>                  | <b>47</b> | <b>46</b> | <b>5</b> | <b>5</b>     |

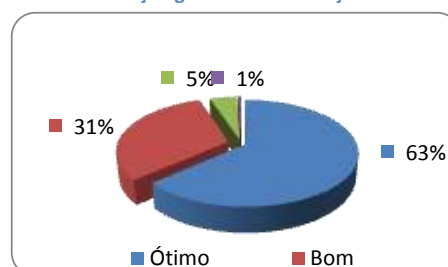
Dos dados diagnosticados e coletados, observa-se que os servidores conseguem desenvolver no seu ambiente de trabalho o que aprenderam e, ainda, têm motivação e suporte da chefia.

Quanto a avaliação geral, obteve-se os seguintes resultados.

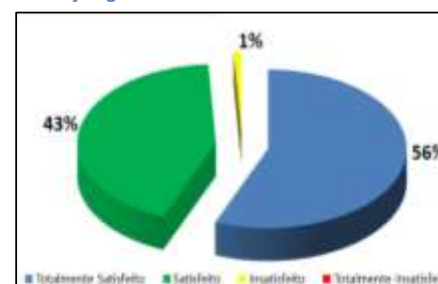
Avaliação geral dos cursos



Avaliação geral da Coordenação



Avaliação geral dos facilitadores

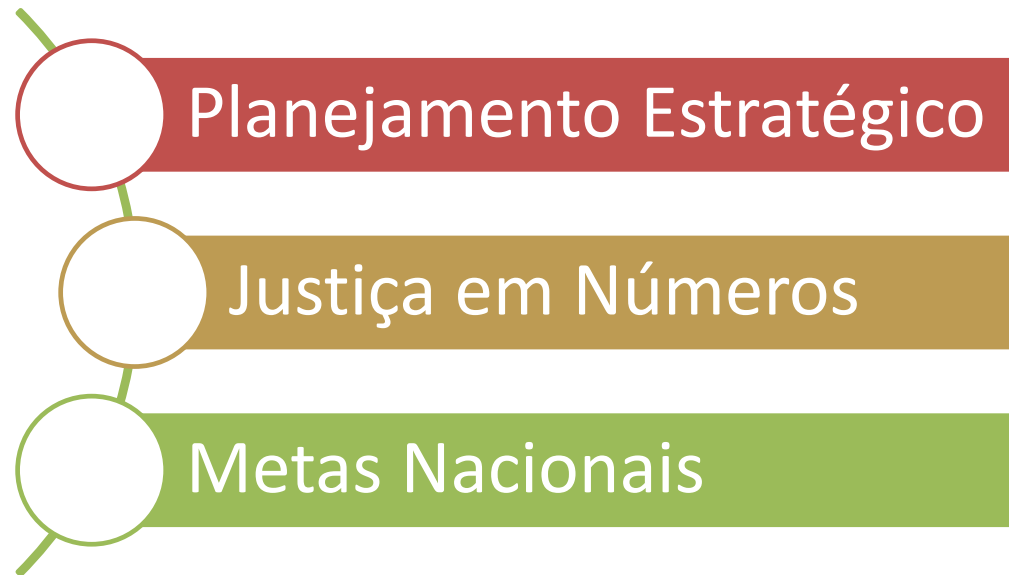






# Desempenho Estratégico







O relatório de execução do Planejamento Estratégico objetiva apresentar a evolução e o resultado final do primeiro ciclo de planejamento, demonstrando os resultados apurados dos indicadores, em consonância com suas respectivas metas, dos objetivos e também dos projetos executados, apontando o grau de execução do Plano Estratégico traçado pelo TJAC para o período de 2010-2014.

[FAdSF4] Comentário: RELATÓRIO  
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2010-2014

Os dados apresentados, foram organizados de modo a apresentar a evolução do processo de gestão estratégica do TJAC, os resultados dos indicadores, o mapa estratégico com seus resultados e análise do caminho crítico e a linha do tempo referente à implementação da estratégia por meio dos projetos e ações transformadoras da estrutura organizacional.

Por fim, consta ainda a lista geral de indicadores com seus resultados finais.

## 1 Maturidade da Estratégia

### Análise dos Resultados

O nível de maturidade é realizado pelo CNJ por meio do diagnóstico de Gestão Estratégica o qual avalia as cinco dimensões da estratégia: a formulação, a execução, o monitoramento, a capacitação e a comunicação da estratégia. O resultado varia de 0 a 100%.

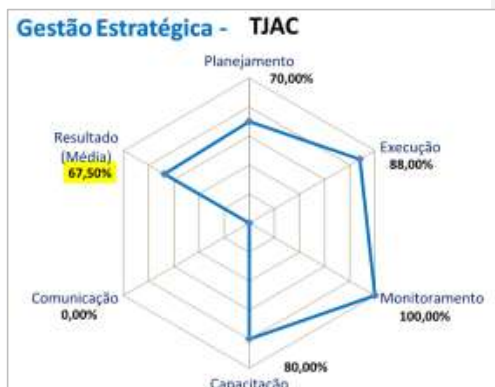
Os resultados do diagnóstico de 2012 e 2013 revelaram uma melhora significativa no nível de maturidade, passando de 40% em 2012 para 67,5% em 2013. Dentre as dimensões avaliadas, a comunicação da estratégia teve pontuação 0% em 2013 em razão da ausência de um Plano de Comunicação para a estratégia.

No ano de 2014, o resultado permanece quase que o mesmo de 2013, tendo em vista que referido plano não foi concluído a tempo de execução. Por outro lado, o que contribuiu para a melhoria do resultado foi a criação, mesmo em caráter provisório, do Comitê de Gestão Estratégica, através da Portaria nº 983/2014.

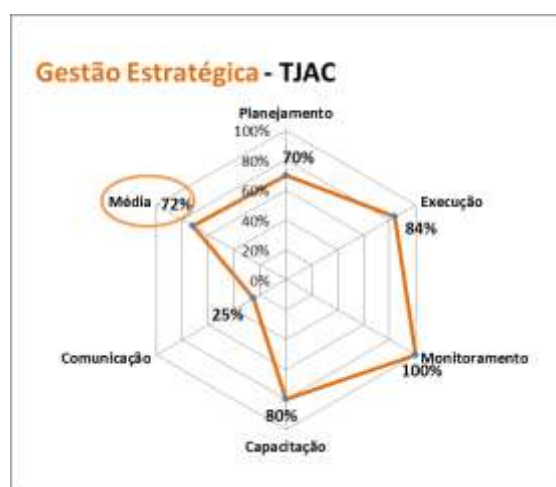
Conclusão:

Ano base: 2012

Ano base: 2013



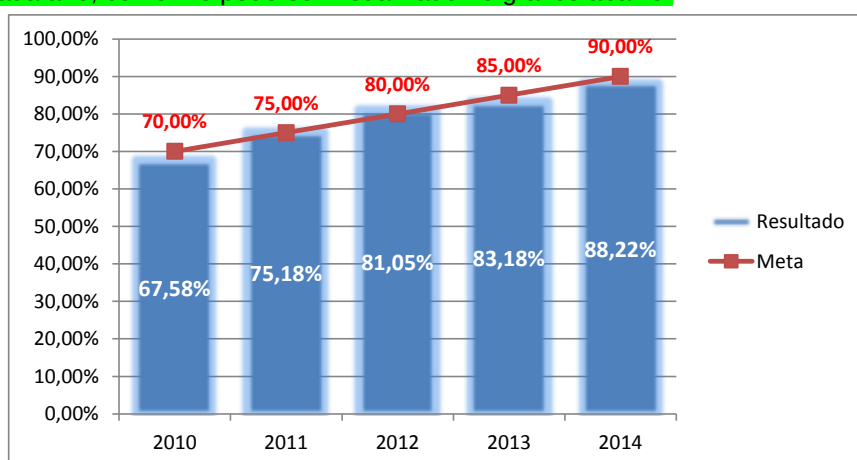
Ano base: 2014





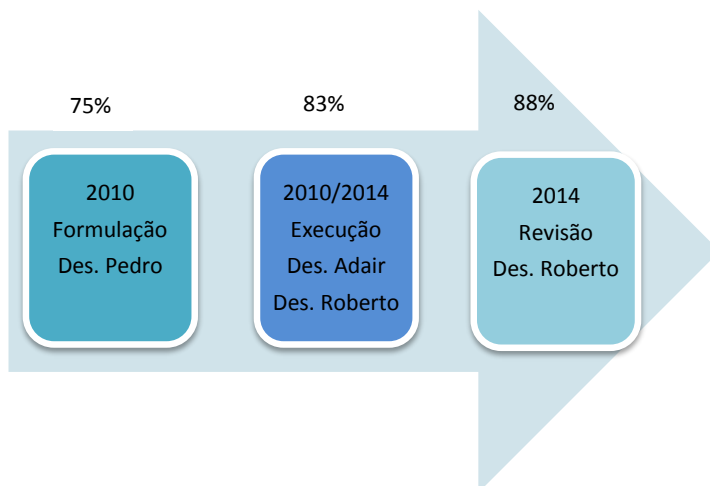
## 2 Execução da Estratégia

Ao longo do ciclo de execução da estratégia (2010-2014), observou-se uma evolução gradual no desempenho da estratégia, graças à execução dos projetos e empenho dos gestores das Unidades na execução das ações e gestão dos indicadores sob suas responsabilidades. O desempenho do Mapa Estratégico se dá em função do resultado consolidado de todos os indicadores estratégicos, o que permite obter a nota ponderada para cada ano, conforme pode ser visualizado no gráfico abaixo.



A execução do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, 2010-2014, perpassou as gestões dos Desembargadores Pedro Ranzi (2009-2011) período de formulação e implementação da estratégia, Adair Longuini (2011-2013) fase de execução e Roberto Barros (2013-2015) finalizando o ciclo de execução e revisão do P.E para o período de 2015-2020.

### Processo evolutivo da gestão estratégica do PJAC 2010-2014



Durante esse período diversas ações e projetos foram implementados de modo a promover um salto de qualidade tanto do ponto de vista estrutural quanto de qualidade na oferta de serviços a sociedade.

Dentre os projetos estruturantes, destacam-se: Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul e Rio Branco, e PCCR. Já do ponto de vista qualitativo cita-se a reforma administrativa e virtualização de todos os processos judiciais.

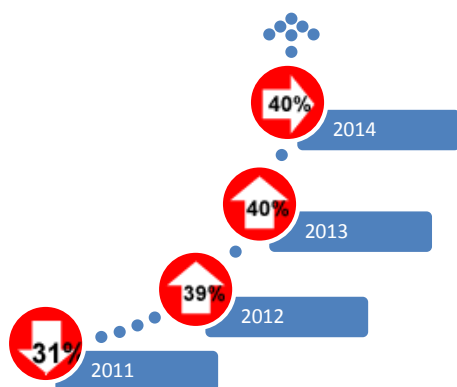
Além desses projetos outras ações inovadoras foram colocadas em prática (vide item 3) de modo a potencializar os resultados advindos desses projetos, aumentando a oferta de serviços a sociedade e melhorando significativamente suas entregas.

Nesse aspecto, vale destacar a melhoria nos resultados de alguns indicadores finalísticos, como taxa de congestionamento, produtividade, atendimento a demanda, conforme demonstrado logo abaixo.

Observa-se que ao longo do período houve um aumento na taxa de congestionamento a partir do segundo ano de execução do P.E, e logo depois percebe-se uma estabilidade no mesmo. Esse fenômeno decorre do fato de que por aproximadamente dois anos, as unidades Jurisdicionais foram obrigadas a reduzir sua carga de trabalho em virtude da execução do projeto de virtualização dos processos. A partir dos próximos períodos, a expectativa é de que haja uma melhora significativa no indicador.

#### Taxa de congestionamento

#### Índice de atendimento a Demanda



Além desses resultados, a continuidade na execução da estratégia proporcionou ao TJAC lugar de destaque no cenário nacional, por meio dos resultados do Relatório Justiça em Números e do Índice de Produtividade Comparada da Justiça, ambos acompanhados pelo Conselho Nacional de Justiça.

Nesse último indicador, o TJAC obteve 100% de eficiência, se tornando um dos poucos tribunais nacionais a obter esse resultado por dois anos consecutivos.

Vide abaixo o último resultado divulgado pelo CNJ.

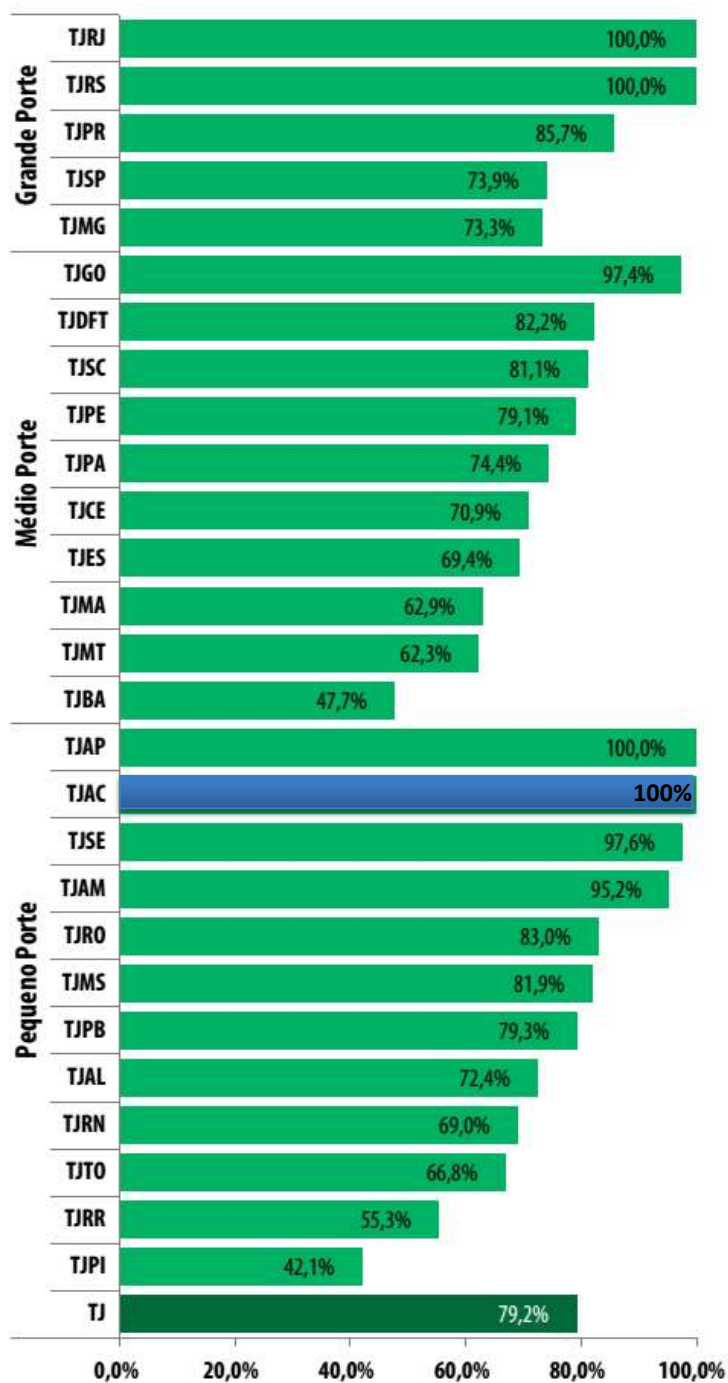


Gráfico 35 - Resultado do IPC-Jus por Tribunal, Segundo o Porte, ano-base 2013

## 2.1 Resultados do Mapa Estratégico

O Mapa estratégico é uma representação visual da história da estratégia, que evidencia os desafios que a instituição terá que superar para concretizar sua missão e visão de futuro.

Esses desafios se constituem nos objetivos que a instituição deverá priorizar ao longo de sua trajetória.

Nesse aspecto, observando os resultados percentuais de alcance dos objetivos estratégicos do TJAC, conclui-se que em sua maioria, os desafios enxergados à época da elaboração do P.E. foram em sua maioria superados.

Na avaliação geral do mapa estratégico, a meta era obter 90% de cumprimento dos desafios propostos no P.E até o final do período. Nesse aspecto, o resultado final em 2014 foi de 88,22% representado um marco importante na história da estratégia do Tribunal e que norteará os esforços para os períodos seguintes.

Os resultados individuais, por objetivo, pode ser visualizado no Mapa Estratégico, logo abaixo.



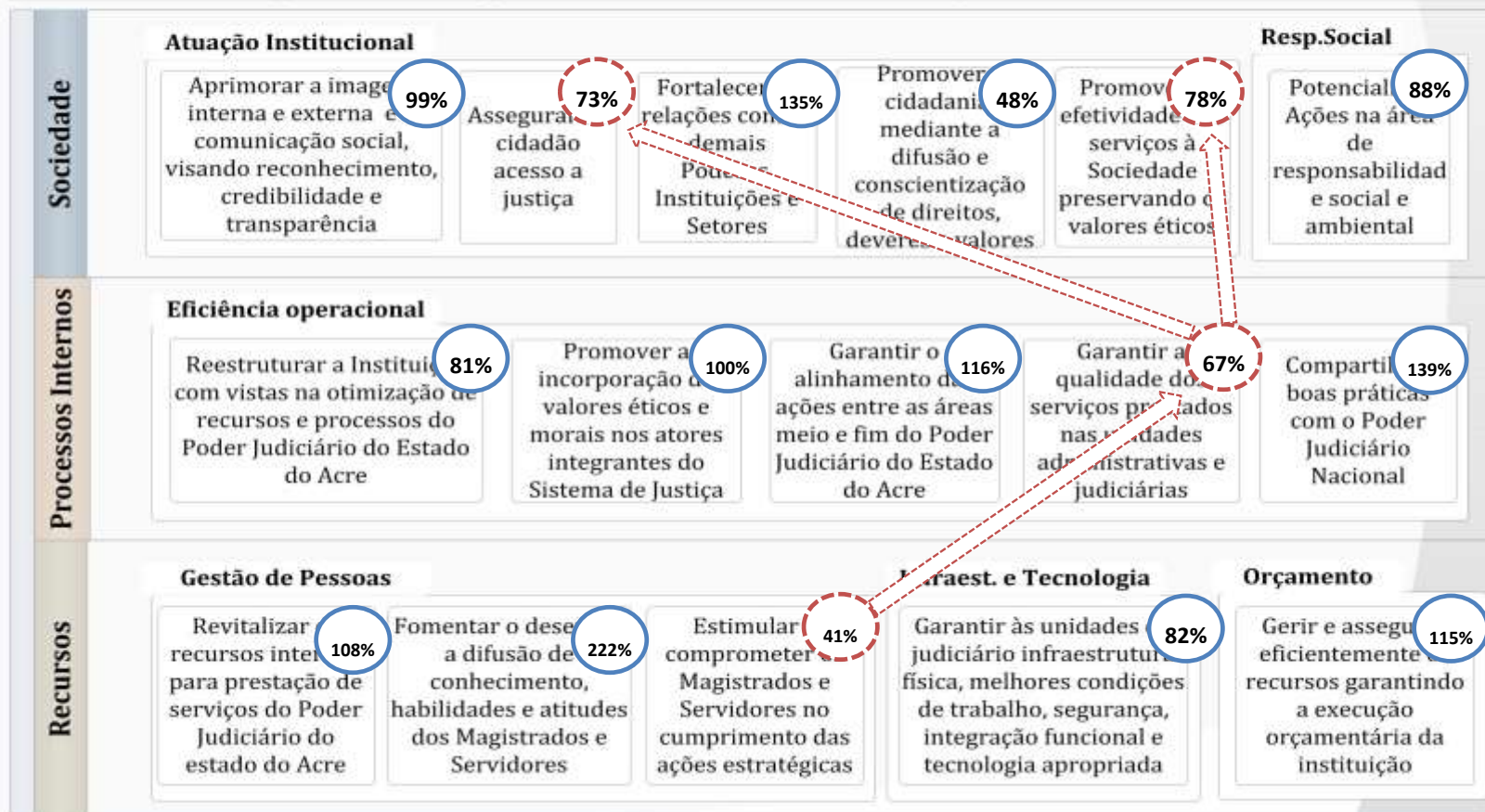


# MAPA ESTRATÉGICO 2010 - 2014



## Visão

Ser reconhecido, até 2015, pelo jurisdicionado no Estado do Acre, pela excelência na prestação de serviços judiciários e sociais, por meio de magistrados e servidores motivados, capacitados e valorizados.



**VALORES:** Respeito; Celeridade; Eficácia; Justiça; Transparência; Honestidade; Compromisso; Ética; Moralidade; Independência; Responsabilidade Social e Ambiental; Eficiência e efetividade



## 2.1 Caminho Crítico do Mapa Estratégico

A análise de caminho crítico estabelece as relações de casualidades entre os objetivos estratégicos contidos no Mapa. Nesse aspecto, a casualidade é gerada a partir do momento em que um segundo objetivo não tem suas metas alcançadas em virtude do desempenho negativo de um outro objetivo, que por suas características é indispensável para a consecução dos demais. Assim, o desempenho dos demais objetivos da cadeia, é dependente do primeiro.

Observando o mapa estratégico e a identificação do caminho crítico, vê-se que o objetivo de sustentação da estratégia “Estimular e comprometer magistrados e servidores...” teve desempenho abaixo da meta, levando conseqüentemente, a resultados insatisfatórios na perspectiva de processos internos, mais precisamente no objetivo de qualidade nos serviços e, por fim nos objetivos de entregas à sociedade: Efetividade dos serviços e acesso a justiça, com 73% e 78% de desempenho, respectivamente.

### Estimular e comprometer magistrados e servidores 41,78%

- o  29 - Índice do Clima Organizacional 0,0%
- o  30 - Índice de absenteísmo 100,0%
- o  31 - Índice de prevenção de saúde 49,82%

A estratégia em qualquer organização é movida pelas pessoas que a compõem, e desta forma devem ser motivadas a fazer parte do movimento transformador da instituição, por meio de políticas que valorizem, estimulem e gerem comprometimento dos servidores para com as atividades e serviços prestados a sociedade.

No que tange a qualidade de vida dos servidores e magistrados, questões relacionadas a saúde são as mais críticas, pois repercutem na condição laboral dos colaboradores e conseqüentemente nos resultados de seu trabalho. Nesse quesito, são conseqüências certas, a falta de motivação, ausências para tratamento de saúde, licenças, etc.



### 3 Linha do Tempo da Estratégia







## 4 Indicadores Estratégicos

### 4.1 Avaliação de resultados deficitários

| INDICADOR                                                  | DESCRIÇÃO                                                                         | DESEMP.                                                                               | RESULT. (%) | META   | OBSERVAÇÃO                                                                                                                                                                                                              |
|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|-------------|--------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 08 - Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais | Mede a quantidade de pessoas beneficiadas nos Projetos Sociais.                   |    | 11.760      | 24.285 | Resultado a quem da meta em virtude de redução nas ações dos projetos: Cidadão, justiça Comunitária e Justiça na Escola.                                                                                                |
| 09 - Taxa de congestionamento execuções cíveis (1º grau)   | Mede o congestionamento dos processos no 1º Grau.                                 |    | 67,0%       | 39,5%  | Historicamente não houve cumprimento da meta de execução ao longo do P.E.                                                                                                                                               |
| 09 - Taxa de congestionamento execuções cíveis (Juizados)  | Mede o congestionamento dos processo nos Juizados Especiais.                      |    | 30,23%      | 10%    | Principal causa: execução não depende exclusivamente da Unidade.                                                                                                                                                        |
| 16 - Taxa Congestionamento conhecimento Turmas Recursais   | Mede o congestionamento de processos na fase de conhecimento nas Turmas Recursais |    | 67,72%      | 10%    | Metas diferenciadas no Sistema dos Juizados Especiais em virtude do P.E do mesmo. A partir de sua construção os resultados não foram                                                                                    |
| 16 - Taxa Congestionamento conhecimento juizados           | Mede o congestionamento na fase de conhecimento nos Juizados Especiais            |   | 29,55       | 10%    | satisfatórios, apesar das intervenções realizadas.                                                                                                                                                                      |
| 17 - Índice de agilidade no julgamento 2º grau             | Mede a capacidade de julgamento dentro de um ano                                  |  | 0           | 68,99% | Indicador não disponível para aferição. Falta instrumento de medida.                                                                                                                                                    |
| 18 - Índice de processos antigos                           | Mede o percentual de processos antigos (anterior ao 2º ano) em função do total    |  | 47,46%      | 10%    | Meta super estimada. Ao longo do P.E. o percentual de processos antigos (+ 2 anos) foi de 47,46%. Porém a meta previa uma redução de 10% ao ano em relação a taxa inicial. O resultado real foi de 8,18% no quadriênio. |

|                                                       |                                                                            |                                                                                     |       |       |                                                                                                                                                                                                           |
|-------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 21 - Produtividade magistrado conhecimento 2º grau    | Mede a produtividade dos magistrados na fase de conhecimento.              |  | 363   | 516   | Ao longo do ano observou-se uma melhora significativa nos resultados, que deverá ser perseguida no próximo período.                                                                                       |
| 29 - Índice do Clima Organizacional                   | Mede o grau de satisfação dos colaboradores diretos do PJAC                |  | 0     | 70%   | Pesquisa realizada em 2014 não foi considerada haja vista que a quantidade de respondentes não foi representativa. Por outro lado, as pesquisas anteriores sempre revelaram resultados superiores a meta. |
| 31 - Índice de prevenção de saúde                     | Mede a quantidade de atendimentos as pessoas que utilizam o centro médico. |  | 4.348 | 8.728 | Redução substancial no número de atendimentos no Centro Médico. A causa pode está na redução da oferta de serviços/disponibilidade dos profissionais de saúde.                                            |
| 39 - Índice de satisfação com as instalações físicas. | Verifica a satisfação dos usuários com instalações físicas                 |  | 0     | 65%   | Pesquisa realizada em 2014 não foi considerada haja vista que a quantidade de respondentes não foi representativa. Por outro lado, as pesquisas anteriores sempre revelaram resultados superiores a meta. |
| 40 - Índice de condições de trabalho.                 | Mede o grau de adequação das instalações físicas/móveis em relação a NR 17 |  | 0     | 60%   |                                                                                                                                                                                                           |



## 6 Quadro Geral de Indicadores

| INDICADOR                                                      | META  | RESULTADO                                                                                      |
|----------------------------------------------------------------|-------|------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Índice de unidades com segurança armada e/ou eletrônica        | 90%   |  151,41%    |
| Índice de atendimento à demanda (1º grau)                      | 115%  |  116,03%    |
| Índice de atendimento à demanda (Juizados)                     | 130%  |  146,89%    |
| Índice de atendimento à demanda (Turmas Recursais)             | 110%  |  67,07%     |
| Taxa Congestionamento conhecimento 1º grau                     | 40%   |  50,58%     |
| Taxa Congestionamento conhecimento juizados                    | 10%   |  23,43%     |
| Taxa Congestionamento na fase de conhecimento Turmas Recursais | 10%   |  62,03%     |
| Índice de agilidade no julgamento no 1º grau                   | 68,9% |  65,47%     |
| Índice de processos antigos                                    | 10%   |  47,46%     |
| Produtividade magistrado conhecimento 1º grau                  | 1.161 |  1.124,45  |
| Produtividade magistrado conhecimento juizados                 | 560   |  1.385,15 |
| Taxa de congestion.. execuções cíveis (1º grau)                | 39,5% |  65,07%   |
| Taxa de congestion. execuções cíveis (Juizados)                | 10%   |  22,34%   |
| Produtividade do magistrado execução - 1º grau                 | 180   |  249,78   |
| Produtividade do magistrado execução juizados                  | 120   |  92,78    |
| Perc. do orçam. custeio aplicado em capacitação                | 1,00% |  1,07%    |
| Eficiência na arrecadação de receitas próprias                 | 15%   |  25,90%   |

|                                                                                  |           |                                                                                       |           |
|----------------------------------------------------------------------------------|-----------|---------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Eficiência operacional (custo processo)                                          | 1.300,00  |      | 1.745,45  |
| Quant. de parcerias estratégicas internas ao Poder Judiciário                    | 7         |     | 18        |
| Índice de parcerias estratégicas                                                 | 100%      |    | 100%      |
| Quantidade de parcerias estratégicas                                             | 35        |    | 68        |
| Índice de gestão participativa                                                   | 3         |    | 4         |
| Índice de sucesso na execução dos projetos estratégicos                          | 90%       |    | 100%      |
| Índice de execução do orçamento disponibilizado                                  | 100%      |    | 90,68%    |
| Índice de Confiança no Poder Judiciário                                          | 57%       |    | 62%       |
| Índice de satisfação do cliente.                                                 | 58%       |    | 56%       |
| Índice de inserções institucionais na mídia                                      | 2.400     |    | 1.918     |
| Índice de matérias institucionais positivas                                      | 90%       |    | 95,83%    |
| Índice de agilidade na publicação dos acórdãos                                   | 90%       |    | 100%      |
| Índice de acesso à Justiça por estrutura física                                  | 100%      |    | 73%       |
| Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisições de bens e serviços | 90%       |    | 95,45%    |
| Índice de satisfação com as instalações físicas.                                 | 65%       | ND                                                                                    |           |
| Redução do consumo de papel (rs)                                                 | 11.700    |  | 10.404    |
| Redução do consumo de água (m3)                                                  | 24.274    |  | 29.557    |
| Redução do consumo de energia elétrica (Kw)                                      | 3.094.258 |  | 4.682.572 |
| Índice do Clima Organizacional                                                   | 70%       | ND                                                                                    |           |
| Índice de absenteísmo                                                            | 3%        |  | 3%        |
| Índice de prevenção de saúde                                                     | 8.728     |  | 4.348     |

|                                                                           |        |                                                                                       |         |
|---------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| Índice de condições de trabalho.                                          | 65%    |                                                                                       | ND      |
| Índice de publicação do conteúdo integral dos processos na Internet.      | 100%   |     | 100%    |
| Índice de virtualização dos processos                                     | 100%   |    | 100%    |
| Índice de aderência às metas do PETI                                      | 87,5%  |    | 95%     |
| Índice de disponibilidade de infraestrutura de equipamentos de tecnologia | 99%    |    | 100%    |
| Índice de disponibilidade de sistemas online                              | 99%    |    | 100%    |
| Índice de aderência aos padrões mínimos de TI                             | 100%   |    | 100%    |
| Quant. de eventos de gestão do conhecimento                               | 9      |    | 20      |
| Índice de promoção de valores éticos e morais                             | 2      |    | 15      |
| Índice capacitação nas competências estratégicas                          | 90%    |    | 115,54% |
| Índice atingimento do Plano Nacional de Capacitação.                      | 100%   |    | 100%    |
| Índice de atendimento à demanda (2º grau)                                 | 115%   |    | 76,08%  |
| Taxa Congestionamento na fase de conhecimento 2º grau                     | 40%    |    | 58,12%  |
| Produtividade do magistrado na fase de conhecimento 2º grau               | 516    |   | 363,58  |
| Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais                     | 24.285 |  | 11.760  |
| Índice de aproveitamento das boas práticas de Gestão                      | 2      |  | 1       |



